

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 15

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
ANFIP

PREVIDÊNCIA - APOSENTADOS 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fase de testes da Reforma Tributária gera incertezas 5

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba declarar o Imposto de Renda 2025 sem erros e garantir a restituição 8

G1 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Crise de saúde mental: Brasil tem maior número de afastamentos por ansiedade e depressão em 10 anos 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Nó fiscal' vai ficar claro no PLOA de 2027, diz Pestana 14

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

São Paulo quer recuperar R\$100 milhões de ISS 16

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

De olho em 2026, Lula mexe no tabuleiro da Esplanada (Reforma ministerial) 18

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fase de testes da Reforma Tributária gera incertezas (Reforma tributária) 22

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Próximo a Lula, Padilha leva experiência na articulação para Saúde, mas enfrenta críticas do Centrão 26

VALOR ONLINE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

MDS é o coração do governo Lula e não se negocia, afirma Wellington Dias 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Regimes simultâneos e judicialização 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pê-de-Meia: incentivo ou bomba fiscal? 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Destaque em 2024, PIB perde o fôlego 31

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Congresso adota agenda de fundo corporativista (Editorial).....	35
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Planejamento sucessório com bens no exterior - OPINIÃO JURÍDICA.....	36
O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Produtores criticam alíquota zero; supermercados apoiam medida.....	38
O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Novas regras do Pix entram em vigor em julho.....	40
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Pedidos de recuperação judicial têm alta de até 70% em dois anos.....	41
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Ajuste fiscal de Milei derruba benefício pago a aposentados na Argentina.....	43
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
'Tempestade perfeita chegou ao fim, mas PIB não está em colapso', afirma Fernando Genta	45
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Políticas para mulheres: como ir além do papo-furado? (Artigo).....	47
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Trump não descarta recessão em 'período transitório'.....	49
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Economia chega perto de seu limite e vai desacelerar (Editorial).....	50
FOLHA ONLINE - SP - TV FOLHA SAQUE ANIVERSÁRIO	
Qual o impacto do saque do FGTS para a economia?.....	52

PREVIDÊNCIA - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

A publicação da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)** e Fundação **Anfip** de Estudos Tributários e da **Seguridade Social** afirma que "a **Previdência Social** e a Economia dos Municípios", nos mostra a importância de quanto os recursos financeiros arrecadados impactam na economia do País. Nas 27 unidades da Federação, os valores dos benefícios previdenciários superam os valores do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). É uma leitura essencial e de relevância para as autoridades ligadas à economia e, também, aos nossos representantes legislativos. No Distrito Federal e nos Estados do Espírito Santo (ES) e Rio de Janeiro (RJ), o percentual alcança 100% dos Municípios. Nos demais Estados, o percentual é menor, porém, significativo.

PARABÉNS

É o que desejamos à An-fip e Fundação **Anfip** que nos brindam com informações relevantes sobre os recursos financeiros disponibilizados e aplicados pela **Previdência Social**, demonstrando a sua importância no desenvolvimento do Brasil, afastando totalmente, o estigma de se dizer que a **Previdência Social** é deficitária e insustentável. Almejamos, igualmente, que a publicação alcance o maior número de pessoas e organizações que possam divulgar esses dados que comprovam a imperativa necessidade de se dar o valor que realmente a **Previdência Social** é possuidora de cumprir seus compromissos regulamentares, inclusive, no pagamento dos benefícios das aposentadorias e pensões dos segurados do **INSS**.

REGULARIZAÇÃO

Os proventos das aposentadorias e pensões dos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), observadas as informações da **Anfip** e Fundação **Anfip**, estão defasados sem qualquer justificativa plausível, pois está demonstrada a capacidade financeira da **Previdência Social** em pagar aos seus beneficiários, sem qualquer dificuldade, proventos dignos e merecidos. Este argumento deveria ser observado pelos deputados federais que têm a disposição o Projeto de Lei número 4434/2008 há mais de 16 anos para apreciação, votação e aprovação, demora que, na opinião dos aposentados e pensionistas, segurados do **INSS**, é inadmissível e inacreditável.

PERTURBAÇÃO

A perturbação das cidadãs e cidadãos belenen-ses continua. Os condutores das "máquinas envenenadas" estão aí fazendo o barulho que querem, incomodando a sociedade, principalmente à noite, quando está preparada para ter o descanso merecido. A falta de silêncio no escapa-mento promove estampidos ensurdecadores, prejudicando, de forma inconcebível, o sossego das pessoas. Haveremos de ter das nossas autoridades estaduais e municipais providências energéticas para corrigir e impedir esse malefício que atinge a todos: crianças, jovens, adultos, pessoas idosas e até os animais domésticos. Será uma ação coercitiva com resultado saudável e positivo aos belenenses.

educação

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Este é um dispositivo constitucional, Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, artigo 205, caminho próprio, adequado e indispensável para corrigir os delinquentes do mau procedimento que atuam na nossa cidade, importunando a todos, sem distinção. A ação governamental tem o apoio, com certeza absoluta, incondicional de toda a sociedade.

PRIORIDADE

Convém repetir esta nota já publicada em 30 de outubro de 2023: o entendimento, na opinião dos aposentados, pensionistas e pessoas idosas, deveria ser a prioridade entre os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Defendem o que consagra a nossa Carta Magna: "são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário". As divergências que ocorrem poderiam ser sanadas pelo diálogo constante, sério e de bons propósitos, em prol do bom senso e do bem-estar da sociedade, promovendo ações do interesse para o pleno desenvolvimento do País, garantindo emprego, economia firme e próspera, educação de qualidade e saúde em nível prioritário.

DIGNIDADE

"Creio que mais vale a dignidade de um mendigo do que a arrogância de um poderoso" (Frei Neylor J. Tonin).

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-797ca459e99b805becf949fcdc9ed769.pdf

Fase de testes da Reforma Tributária gera incertezas

RAFAELA GONÇALVES

O ano de 2025 será decisivo para a adequação das empresas às mudanças da **Reforma Tributária**.

Faltando dez meses para o início da fase de testes, adaptação ao novo regime tem preocupado contadores e tributaristas, visto que cerca de 6 milhões de empreendimentos têm apenas este ano para seus processos e a gestão de documentos fiscais às novas regras.

A mudança estrutural visa simplificar o sistema de arrecadação e criar um modelo mais eficiente e justo para todos os setores da economia. Entretanto, para que essa modernização se torne realidade, é indispensável um ambiente tecnológico robusto, mapeado por especialistas como um dos grandes desafios neste momento.

O novo modelo de tributação sobre o consumo passará por um período de testes e de transição a partir de 2026. A alteração completa do sistema tributário nacional só se dará em 2033, quando serão definitivamente extintos os atuais ICMS e ISS.

Ao longo desse período serão testados e entrarão em vigor os novos **tributos** criados pela **Reforma Tributária**: o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual - que compreende a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), partilhado entre estados, DF e municípios - e o Imposto Seletivo, que incidirá sobre produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Segundo o tributarista Carlos Eduardo Navarro, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e sócio de Galvão Villani, Navarro, Zangiácomo e Bardella Advogados, há três grandes pilares com os quais as empresas devem se preocupar neste ano, o primeiro deles é a Tecnologia da Informação (TI).

"Todos os ajustes sistêmicos competem a esta área, para que os documentos fiscais e as obrigações acessórias, em seguida, reflitam nos novos **tributos** já a partir da alíquota teste que vai ser colocada em 2026. Então, haverá um grande trabalho relacionado à área de TI, já está havendo na verdade", destaca.

"Toda essa parte de TI, em princípio, tem que ser finalizada ao longo de 2025, para já funcionar perfeitamente em janeiro de 2026", afirma.

O segundo grande pilar, de acordo com Navarro, são as negociações de preços e contratos, especialmente entre empresas, o chamado B2B - sigla para business to business, de negócio para negócio. "A reforma impacta de maneira diferente produtos, serviços, setores, diferentes setores. Então, sem dúvida, há aqueles que vão experimentar um aumento de carga tributária e há aqueles que vão experimentar uma redução de carga tributária. Portanto, as empresas devem negociar, especialmente seus contratos de longo prazo." Em terceiro lugar estão os cálculos prévios relativos aos impactos da reforma, "para poder antecipar ou subsidiar as negociações". "Uma empresa que está decidindo abrir uma filial, por exemplo, precisa revisitar a malha logística, empresas que têm incentivos fiscais. Então, são várias as necessidades em torno do cálculo de impacto da **Reforma Tributária** para aquela empresa e para os bens e serviços que são comercializados por aquela empresa", aponta o advogado.

Plataforma

O Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), junto à **Receita Federal**, está trabalhando na "Plataforma da **Reforma Tributária**", que visa criar um portal único para os contribuintes, facilitando o acesso e a compreensão da CBS e do Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), promovendo maior justiça tributária e eficiência administrativa.

Previsto para entrar em operação apenas no próximo ano, o sistema deve garantir não só a automação dos processos e a integração dos **tributos**, mas também proporcionar um ambiente mais transparente e seguro para a arrecadação fiscal.

A plataforma, vista como essencial para o período de transição, deve operar na Nuvem de Governo, a única nuvem soberana do Brasil. Isso garante que os dados fiscais permaneçam protegidos e sob controle estatal, assegurando a integridade e a confiabilidade do novo sistema tributário.

"A reforma impacta de maneira diferente produtos, serviços, setores, diferentes setores.

Então, sem dúvida, há aqueles que vão experimentar um aumento de carga tributária e há aqueles que vão experimentar uma redução de carga tributária"

Carlos Eduardo Navarro, advogado tributarista

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/7077/10-03-2025.html?all=1>

Adaptação ao novo regime

Fase de testes da reforma tributária preocupa tributaristas e exige preparação de empresas

ETAPAS-CHAVE

- **Período de transição:** A implementação das novas regras será realizada de forma progressiva, com um período de transição que se estenderá por vários anos.
- **Coexistência de tributos:** Durante um período, os novos impostos coexistirão com os antigos, permitindo uma adaptação mais suave das empresas e dos contribuintes.
- **Adaptação dos sistemas:** As empresas e órgãos governamentais precisarão adaptar seus sistemas para atender às novas exigências da reforma. Isso inclui a atualização de softwares, a reestruturação de processos internos e o treinamento de funcionários.



CRONOGRAMA

2026

O novo modelo de tributação sobre o consumo passará por um período de testes e transição a partir de 2026. Durante os primeiros anos, as empresas estarão obrigadas a reportar, de forma acessória, os valores que seriam devidos com base nos novos tributos (IBS e CBS), mas sem pagamento imediato.

2027

Os primeiros efeitos práticos serão sentidos pela população a partir de 2027. Neste ano, o CBS entra em vigor com alíquota cheia, enquanto o IBS será instituído gradualmente. Também entrará o Imposto Seletivo.

2029 a 2032

Transição gradual do IBS por porcentagem da alíquota

- **10%** em 2029
- **20%** em 2030
- **30%** em 2031
- **40%** em 2032
- **100%** em 2033

2033

Vigência integral do novo modelo com a extinção do ICMS e do ISS.

Essas mudanças vão gerar um grande impacto para as empresas. A partir dessa nova regra, será preciso:

- **Calcular tributos em cada etapa** – tanto no pagamento antecipado, quanto na entrega do bem ou serviço;
- **Emitir documentos fiscais adequados** – toda transação deve ser lastreada e registrada por um documento fiscal eletrônico válido;
- **Controlar diferenças de alíquotas** – caso as alíquotas mudem entre o pagamento e o fornecimento, o cálculo final precisa ser ajustado.

Fontes: Agência Senado e advogado tributarista

Saiba declarar o Imposto de Renda 2025 sem erros e garantir a restituição

Cristiane Gercina

O prazo para enviar a declaração do Imposto de Renda 2025 deverá ser aberto pela **Receita Federal** na próxima segunda-feira (17) e vai até 30 de maio. As regras que obrigam os cidadãos a declarar serão divulgadas pelo fisco nesta semana.

Com a publicação da instrução normativa, contribuintes poderão saber exatamente qual sua situação, se devem ou não prestar contas.

Quem é obrigado a declarar e perde o prazo paga multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

O cidadão que pagou mais IR no ano-calendário, que neste caso é 2024, recebe a restituição desses valores. O pagamento é feito em cinco lotes, de maio a setembro.

Se cair na malha fina, no entanto, o contribuinte não tem acesso ao dinheiro até que corrija os erros. A Receita aponta quais foram as falhas e dá prazo de cinco anos para as correções. Quem não cumpre o prazo e não prova o direito pode ser multado.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Entre os principais erros que levam à malha fina do Imposto de Renda estão a dedução dos gastos com saúde e a omissão de rendimentos. No caso das despesas médicas, o motivo é que não há limite de dedução, mas é preciso comprovar o gasto.

A Receita vem fechando o cerco contra fraudes nesta área. Já existe a Dmed, declaração médica que os planos de saúde enviam ao fisco, e partir deste ano, recibo de consultas médicas precisa ser online. Em 2026, isso facilitará a prestação de contas na declaração.

No caso dos rendimentos, a omissão ocorre quando o contribuinte não menciona alguma renda sua ou de seus dependentes, como um bico que foi feito ou o estágio de um filho, por exemplo. Omitir renda leva à malha fina.

A renda é um dos critérios mais importantes que obrigam o cidadão a declarar, mas não é o único. Richard Domingos, diretor-executivo da Confirp, diz que, neste ano, deve estar obrigado a declarar quem recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 33.704 em 2024.

Na última declaração, esse limite foi de R\$ 30.639,90. São exemplos de rendimentos tributáveis valores de salários, aluguéis recebidos, aposentadorias e pensões do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

Há ainda outras normas como ter vendido bens e direitos com ganho de capital no limite estabelecido pela Receita, ter movimentado valores na Bolsa de Valores, quando se quer compensar prejuízo da atividade rural ou para quem entrou no país e assim estava em 31 de dezembro de 2024.

A declaração pode ser feita pelo PGD (Programa Gerador da Declaração), que é baixado no computador, ou pode ser enviada no aplicativo ou site Meu Imposto de Renda. Também é possível declarar online, pelo e-CAC (Centro de Atendimento Virtual da **Receita Federal**).

A Receita tem facilitado a prestação de contas com a declaração pré-preenchida. Para ter direito a essa funcionalidade, é preciso acessar com a senha de acesso do portal Gov.br e ter certificado prata ou ouro.

Quem não tem esse certificado também pode importar os dados da declaração do ano anterior, caso faça no mesmo computador.

É preciso informar à Receita todos os rendimentos tributáveis recebido no ano, como salário, aluguel e outras rendas. Também é necessário declarar saldos em contas bancárias que sejam acima de R\$ 140. Rendimento da poupança também deve ser declarado.

Dívidas acima de R\$ 5.000 são declaradas. Assim como bens e direitos em nome do contribuinte ou de seus dependentes, o que inclui casa, carro, moto, apartamento, terreno, caminhão e outros bens móveis ou imóveis.

Quem tem dependentes, gastou com educação para si

ou para eles, paga pensão alimentícia, paga médicos e dentistas ou contribui de forma autônoma para o **INSS** pode abater todos esses gastos na declaração.

Além disso, investimento em previdência privada dá direito à dedução de 12% sobre o imposto devido no ano-base, o que aumenta a restituição ou diminui o imposto a pagar.

Recibos de escola podem ser usados para dedução, mas pagamentos a cursos de inglês, dança, academia ou cursinho pré-vestibular não garante abatimento. No caso de médicos, serviços de saúde no Brasil ou no exterior, em hospital ou clínica, garantem dedução. Remédios e vacinas, não, a não ser que integrem a conta do hospital ou clínica.

A **Receita Federal** ainda não divulgou todas as regras para a declaração do Imposto de Renda 2025, assim, algumas alterações em relação ao total utilizado como rendimento tributável em 2024 devem ser feitas.

Na última declaração do IR, estava obrigado a declarar quem:

A tabela mensal ou anual de desconto do Imposto de Renda é uma orientação para que os contribuintes saibam a partir de que valor há obrigatoriedade de fazer o recolhimento do tributo e quem está isento do IR.

Dentre os principais documentos estão recibos e notas de despesas médicas e de educação, comprovantes de compra e venda de veículos ou imóveis no ano passado, informe de rendimentos da empresa onde trabalha ou para a qual prestou serviço em 2024 e extratos bancários. Também é necessário:

Pagamentos feitos a advogados, engenheiros, corretagem em aluguéis, compra e venda de imóveis

Doações e serviços de crédito

Despesas médicas e odontológicas

Despesas com empregados domésticos

As despesas dedutíveis são gastos do contribuinte que reduzem o imposto devido pelo contribuinte.

Na última declaração, os valores foram os seguintes:

Tem direito à restituição do Imposto de Renda quem pagou mais imposto do que devia no ano-base. A restituição é liberada em cinco lotes, sendo que o primeiro está previsto para o final de maio, no último dia do prazo para entrega da declaração. A Receita ainda não divulgou, porém, as datas exatas de

pagamento. Há uma lista de prioridades para o pagamento, que segue esta ordem:

O pagamento dos lotes vai até setembro. Quem cai na malha fina e entrega declaração retificadora volta para o fim da fila. Os contribuintes que recebem a partir do segundo lote têm direito à correção da restituição pela Selic, taxa básica de juros da economia.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/03/saiba-declarar-o-imposto-de-renda-2025-sem-erros-e-garantir-a-restituicao.shtml>

Crise de saúde mental: Brasil tem maior número de afastamentos por ansiedade e depressão em 10 anos

Por Poliana Casemiro, Rayane Moura, g1

Em 2024, foram quase meio milhão de pedidos, praticamente o dobro do que foi registrado em anos anteriores.

Os 472 mil afastamentos representam um aumento de mais de 60% em relação ao ano anterior, além de ser o maior em 10 anos.

As doenças mais comuns foram ansiedade e depressão.

De acordo com psiquiatras e psicólogos, a situação do mercado de trabalho, com menor nível de estabilidade, aumento da pejetização e redução das equipes contribui para a degradação da saúde mental dos trabalhadores.

Ministério do Trabalho anunciou uma atualização da NR-1, norma que traz as diretrizes de saúde no ambiente do trabalho, para que o tema passasse a ser mais fiscalizado nas empresas.

O Brasil vive uma crise de saúde mental com impacto direto na vida de trabalhadores e de empresas. É o que revelam dados exclusivos do Ministério da **Previdência Social** sobre afastamentos do trabalho. Em 2024, foram quase meio milhão de afastamentos, o maior número em pelo menos dez anos.

Os dados, obtidos com exclusividade pelo g1, mostram que, no último ano, os transtornos mentais chegaram a uma situação incapacitante como nunca visto. Se comparado apenas com o ano anterior, as 472.328 licenças médicas concedidas representam um aumento de 68%. (Veja o gráfico abaixo)

?? E o que explica o recorde de afastamentos em 2024? De acordo com psiquiatras e psicólogos, é reflexo da situação do mercado de trabalho e das cicatrizes da pandemia, entre outros pontos.

?? A crise fez que o governo federal buscasse medidas mais duras. O Ministério do Trabalho anunciou a atualização da NR-1, que é a norma com as diretrizes sobre saúde no ambiente do trabalho.

Agora, o tema passa a ser fiscalizado nas empresas e pode, inclusive, render multa. (Leia mais abaixo)

Abaixo, nesta reportagem, você vai ler:

Raio-x dos afastamentos em 2024
Perfil das pessoas afetadas por doenças de saúde mental
O que causa o número recorde?
Os rostos por trás dos números, com relatos de quem vive com a doença
E o impacto no mercado de trabalho

Os dados solicitados pelo g1 ao Ministério da **Previdência Social** permitem traçar um raio-x da situação, com a lista de doenças que motivaram os benefícios por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença).

?? O benefício é concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) quando o trabalhador precisa se afastar por mais de 15 dias. Para isso, é preciso passar por uma perícia médica, na qual é declarada qual doença justifica a licença.

Em 2024, foram 3,5 milhões pedidos de licença no **INSS** motivados por várias doenças. Desse total, 472 mil solicitações foram atendidas por questões de saúde mental. No ano anterior, foram 283 mil benefícios concedidos por esse motivo. Ou seja, um aumento de 68% e um marco na série histórica dos últimos 10 anos. (Veja a evolução no gráfico abaixo)

?? O número acima traz a lista de doenças de saúde mental que mais geraram concessão de benefícios por incapacidade temporária. O burnout, por exemplo, não está nessa lista. No ano passado, foram 4 mil afastamentos por esse motivo. Os especialistas explicam que o número tem relação com a dificuldade do diagnóstico.

?? Além disso, os dados representam afastamentos e não trabalhadores. Isso porque uma pessoa pode tirar mais de uma licença médica no mesmo ano e esse número é contabilizado mais de uma vez.

Procurado pelo g1, o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) não informou quanto de sua verba foi revertida em assistência à saúde mental. Apesar

disso, esclareceu que as pessoas passaram, em média, três meses afastadas, recebendo cerca de R\$ 1,9 mil por mês. Considerando esses valores, o impacto pode ter chegado a até quase R\$ 3 bilhões em 2024.

O cenário por estado

O maior número de licenças está nos estados mais populosos como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No entanto, proporcionalmente, quando consideramos o número de afastamentos em relação à população, os maiores índices foram registrados no Distrito Federal, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

?? Não há uma explicação para o índice de cada estado, mas especialistas lembram que no caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, houve uma tragédia: a enchente que matou centenas de pessoas e deixou milhares sem casa, afetando diversas esferas da vida dos trabalhadores.

Os dados do **INSS** permitem traçar um perfil dos trabalhadores atendidos: a maioria é mulher (64%), com idade média de 41 anos, e com quadros de ansiedade e de depressão. Elas passam até três meses afastadas do trabalho.

?? Por outro lado, não foi possível fazer recortes por raça, faixa salarial ou escolaridade, pois os dados não foram informados pelo **INSS**.

?? Os especialistas explicam que mulheres são a maioria por fatores sociais: a sobrecarga de trabalho, a menor remuneração, a responsabilidade do cuidado familiar e a violência:

mulheres ganham menos que homens em 82% das áreas, segundo levantamento do IBGE. (Leia mais aqui) Total de casos de feminicídio cresceu 10% nos últimos cinco anos. (Leia mais aqui) mulheres foram as mais afetadas pela crise, com maior índice de desemprego e trabalho não remunerado, segundo pesquisa publicada pela revista científica "Lancet". (Leia mais aqui)

"Esse padrão social sobre as mulheres gera sobrecarga. Ao mesmo tempo, elas têm salários menores e são, muitas vezes, as responsáveis financeiras pela casa. Ou seja, ainda tem toda essa pressão, que foi ampliada com toda a crise na pandemia", disse o psiquiatra Arthur Danila, pesquisador sobre ansiedade na Universidade de São Paulo (USP).

Segundo o último Censo, as mulheres mantêm financeiramente 49,1% dos lares brasileiros. Isso

significa 35 milhões de famílias pelo país. E a maioria está na faixa etária a partir de 40 anos, a mesma idade média dos afastamentos.

"Isso é uma tragédia social anunciada. É a mulher que hoje provém boa parte das casas no país, e essas mulheres estarem neste nível de estafa é um risco econômico. As famílias podem ficar desabastecidas e o consumo diminuir", diz Thatiana Cappellano, mestre em ciências sociais e consultora sobre trabalho.

Por outro lado, a mulher também pede mais ajuda, e é mais aberta a procurar soluções nos consultórios médicos. Esse é um fator que facilita o diagnóstico desses tipos de transtornos, explica o psiquiatra Wagner Gattaz, especialista em saúde mental no ambiente de trabalho.

"Desde a pandemia, fala-se mais de saúde mental. Então, médicos que antes não tinham o olhar para esse diagnóstico, agora tem", afirma.

?? Os transtornos mentais são multifatoriais e não há uma explicação única para o que está acontecendo. Especialistas ouvidos pelo g1 destacam algumas questões, entre elas as cicatrizes da pandemia. Algumas delas são:

?? O luto pós pandemia, que causou mais de 700 mil mortes. ?? Estresse emocional após a crise, com anos de isolamento. ?? Insegurança financeira com o aumento do custo de vida. De 2020 até 2024, o preço dos alimentos subiu 55%. (Leia mais aqui) ?? Aumento da informalidade; ?? E o fim de ciclos. Na pandemia, por exemplo, houve um aumento de 16% nas separações.

"A vida voltou ao 'normal', mas de uma forma diferente. Foram mudanças abruptas, em meio a um cenário de estresse em que as pessoas não sabiam nem se iam sobreviver. Foi preciso sair do modo 'emergência' para perceber a repercussão disso", explica o psiquiatra Arthur Danila.

Ao longo da crise, pesquisas mostravam já em 2020 que ela poderia deixar sequelas emocionais, aumentando os quadros de transtornos: é o que os especialistas chamavam de "quarta onda da Covid-19". Com isso, o tema passou a ser mais debatido.

"As sequelas emocionais são o principal motivo, mas há também a percepção e diagnóstico dessas doenças. As pessoas sabem mais e, na linha de frente, os médicos conseguem entender melhor o que é uma crise de ansiedade, ou um desânimo fora do comum que pode ser uma depressão", pontua Wagner Gattaz, da USP.

Amanda Abdias, de 28 anos, se afastou do trabalho no ano passado depois de anos trabalhando em três empregos para conseguir pagar as contas pós pandemia. O marido dela havia sido demitido e não conseguiu se recolocar e ela acabou absorvendo a demanda financeira.

Ela se manteve em tripla jornada até 2024, quando chegou a um ponto em que não conseguia mais gerenciar as demandas, se percebeu com crises de ansiedade e precisou parar.

No caso de Marcela Carolina, de 44 anos, ela convive com a depressão há mais de 20 anos. Ela explica que isso a afetou em várias áreas, inclusive no trabalho, porque em muitos momentos se tornou incapacitante.

?? Marcela ainda tem um agravante: ela é uma mulher negra. Segundo especialistas, o racismo é um complicador para os transtornos mentais na população negra. Dados do Ministério da Saúde, o número de suicídios é 45% maior entre pessoas pretas e pardas, em comparação às brancas.

Beatriz de Oliveira convive com a ansiedade há mais de dez anos, mas a doença chegou a um ponto que a impediu de trabalhar depois da pressão financeira. Ela saiu da casa dos pais na Bahia para viver em São Paulo. Morando em uma quitinete, com medo de perder o emprego e não ter como pagar as contas básicas, ela conta que presenciou o próprio colapso.

As histórias mostram os rostos por trás da estatística e confirmam o impacto dos transtornos mentais no mercado de trabalho: a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que 12 bilhões de dias úteis sejam perdidos globalmente, todos os anos, devido à depressão e ansiedade. Isso representa uma perda de US\$ 1 trilhão por ano.

Segundo Thatiana Cappellano, pesquisadora sobre os transtornos mentais no contexto do trabalho, a pandemia expôs ambientes tóxicos, que se tornaram ainda mais estressantes, e sobrecarregou trabalhadores, culminando nos dados que vemos hoje.

"Muitas pessoas foram demitidas, e as que ficaram aumentaram terrivelmente a intensidade do trabalho. Quando a pandemia acabou, isso não regrediu. Todo mundo continua trabalhando no mesmo ritmo acelerado, só que talvez a gente não tenha estrutura psíquica e física para suportar esse ritmo por tanto tempo", avalia Thatiana.

Repensar cenários, ouvir os colaboradores e criar estratégias para lidar com o cenário foi uma necessidade na Coris Seguro Viagem. Representantes da empresa contaram ao g1 que precisaram demitir

trabalhadores durante a pandemia por causa da crise no setor de turismo.

Com isso, as demandas se acumularam e foi notado um aumento nos atestados entregues por questões relacionadas à saúde mental já em 2022.

"Apesar de não termos afastamentos longos, por mais de 15 dias pelo **INSS**, tivemos um grande número de atestados com CID de motivos psicológicos. Isso acendeu um alerta", explica Bruno Venâncio, diretor jurídico e de recursos humanos da Coris.

Nas pesquisas internas, eles identificaram que as licenças tinham como motivos: luto por perda de familiares, pânico pelo medo de pegar o vírus, impactos por problemas financeiros e jurídicos, além das mudanças na rotina familiar com o isolamento social.

A empresa decidiu repensar a estratégia, passou a oferecer apoio psicológico, benefício de academia e orientação financeira e jurídica para funcionários. O resultado foi a melhora no ambiente de trabalho e, conseqüentemente, queda no número de afastamentos.

Para não depender apenas de iniciativas e também cobrar mais responsabilidade dos gestores, o governo anunciou a atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que apresenta as diretrizes de saúde no ambiente do trabalho.

Com as atualizações, o Ministério do Trabalho passa a fiscalizar os riscos psicossociais no processo de gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), o que pode, inclusive, acarretar em multa para as empresas caso sejam identificadas questões como:

metas excessivas jornadas extensas ausência de suporte assédio moral conflitos interpessoais falta de autonomia no trabalho condições precárias de trabalho

Segundo Viviane Forte, coordenadora geral de fiscalização em segurança e saúde no trabalho do MTE, a ideia da atualização é trazer mais clareza sobre o tema saúde mental dos empregados e os critérios vão ser exigidos independentemente do tamanho da empresa.

"Caso os riscos sejam identificados, será necessário elaborar e implementar planos de ação, incluindo medidas preventivas e corretivas, como reorganização do trabalho ou melhorias nos relacionamentos interpessoais", explica a coordenadora.

A fiscalização será realizada de forma planejada, através de denúncias que são encaminhadas ao

Ministério. Empresas de teleatendimento, bancos e estabelecimentos de saúde são prioridades por conta do alto índice de adoecimento mental.

As inspeções, que são feitas por auditores-fiscais, verificam o local de trabalho e dados de afastamentos por conta de doenças ou acidentes, rotatividade de funcionários, conversam com trabalhadores e analisam documentos para identificar possíveis situações de risco.

Caso sejam encontrados episódios que justifiquem o adoecimento mental dos trabalhadores, pode ser aplicada uma multa que varia entre R\$ 500 a R\$ 6 mil por cada situação. Além disso, o empregador vai ter um prazo para ajustar o formato de trabalho e evitar mais afastamentos.

As ações adotadas pelas empresas vão ser monitoradas pelo Ministério do Trabalho. Para dar conta de tamanha demanda, o órgão vai contratar 900 novos auditores fiscais do trabalho por meio do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU).

No entanto, o ministério não informou como vai estabelecer uma rotina de fiscalização que possa incluir essa demanda, o que faz com que especialistas questionem se a medida pode mesmo ser uma iniciativa para endurecer a cobrança.

"Isso não garantirá um quadro melhor na saúde dos trabalhadores. Existe uma série de normas técnicas reguladoras sobre a saúde ocupacional, mas continua tendo altos índices de afastamento por acidente de trabalho ou doença ocupacional", explica Thatiana.

Segundo a especialista, a atualização feita pelo Ministério do Trabalho é uma forma de colocar o assunto em alta. Porém, como todas as outras normas técnicas e regulamentares, isto não altera efetivamente o quadro caso não haja uma mudança por parte das empresas.

LEIA MAIS

Dor na coluna lidera motivos de afastamento do trabalho em 2024; transtornos mentais têm aumento
Burnout, abuso de drogas e tentativa de suicídio entram em lista de doenças relacionadas ao trabalho

Site: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/03/10/crise-de-saude-mental-brasil-tem-maior-numero-de-afastamentos-por-ansiedade-e-depressao-em-10-anos.ghtml>

'Nó fiscal' vai ficar claro no PLOA de 2027, diz Pestana

Jéssica Sant'Ana De Brasília

No próximo ano, quando o governo enviar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2027, ficará claro o "nó fiscal" que o país se envolveu, avalia o economista Marcus Pestana, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) - órgão de monitoramento das contas públicas, ligado ao Senado.

"Antes da eleição, já vai ser difícil fechar no papel o Orçamento para 2027", afirmou em entrevista ao Valor.

Pestana disse que a situação ficará clara, pois faltarão recursos para as despesas discricionárias do Poder Executivo (não obrigatórias, mas que incluem gastos importantes, como investimento e custeio da máquina pública).

Segundo projeção da IFI, excetuando os gastos mínimos em saúde e educação e as emendas individuais e de bancada, haverá insuficiência de espaço fiscal para as discricionárias não rígidas em 2027, nos cenários base e otimista.

"Será possível para o governo manter de pé o arcabouço fiscal e cumprir as metas [de resultado primário] em 2025 e 2026. Mas, no projeto de lei orçamentária que vai antes da eleição, já vai ser difícil fechar as contas no papel para 2027", afirmou Pestana.

"Próximo mandato, inevitavelmente, seja quem for [o presidente], haverá um estrangulamento grave operacional do governo." De acordo com os prazos previstos pela Constituição, o projeto de Orçamento para 2027 deverá ser encaminhado pelo governo ao Congresso até o dia 31 de agosto de 2026. Até o fim de agosto deste ano, o governo encaminhará a proposta de Orçamento para 2026 - como sempre acontece, no ano anterior -, mas, segundo Pestana, o grande problema ficará para a peça orçamentária referente ao ano de 2027.

O economista explica que o "estrangulamento operacional" do Executivo acontecerá devido ao engessamento do Orçamento e também a políticas econômicas adotadas pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ele cita três exemplos: a PEC da Transição, que elevou em R\$ 145 bilhões as despesas do Orçamento para recompor políticas sociais; o retorno da vinculação à receita dos pisos mínimos de investimento em saúde e educação, que antes estavam indexados à **inflação**; e a indexação dos benefícios previdenciários e assistenciais à política de valorização do salário mínimo, que prevê aumentos reais em anos de crescimento da economia.

A IFI calcula que o país precisa produzir um superávit primário em torno de 2,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para conter a trajetória de crescimento da dívida pública, o que exigiria um ajuste fiscal da ordem de R\$ 300 bilhões. Pestana pondera que é impossível fazer um ajuste fiscal dessa magnitude de um ano para outro, mas afirma que é preciso que o governo trace um plano de voo.

"Estamos longe do objetivo estratégico [de reduzir a dívida pública], porque claro que você não faz um ajuste fiscal de 3% do **PIB** de um ano para o outro, porque se você está 0,4% do **PIB** [de resultado primário] negativo, e precisa de 2,5% do **PIB** positivo, o que dá um ajuste de 2,9% do **PIB**."

Agora, o importante é o filme, você indicar que tem uma consistência.

Só que nós estamos distantes disso, não temos um filme consistente, porque a gente vai visar um deficitzinho [em 2025], usando a banda de tolerância, e há uma sobrecarga para a dívida em 2027 e a partir de 2029", explica.

Ele lembra que em 2027 os precatórios voltam a ser pagos dentro do Orçamento e do limite de despesa do arcabouço fiscal.

Hoje, apoiado em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o governo paga parte dessas dívidas judiciais fora das regras fiscais.

Já em 2029, o impacto virá do aporte que a União terá de fazer nos fundos previstos na **reforma tributária** do consumo.

Segundo as últimas projeções da IFI, a dívida bruta do governo geral (DBGG) vai crescer nos próximos anos, alcançando 116,3% do **PIB** em 2034 no cenário-base,

e 168,3% no cenário pessimista.

Somente no cenário otimista ela ficaria em 81,4% do **PIB**, mas ainda assim acima da média dos demais países emergentes.

"O Brasil precisa repensar o seu rumo. O governo, o Congresso e a sociedade brasileira têm que ver se esse é o rumo que querem para si", disse.

"Nós não estamos na beira do abismo. Não é nenhuma tragédia, mas também não é uma situação confortável. Falta um plano de voo, que eu acho que foi adiado para o próximo governo."

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

São Paulo quer recuperar R\$100 milhões de ISS

Marcela Villar De São Paulo

Com base em cruzamento de dados com a **Receita Federal**, a Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo passou a indicar ao contribuinte, por meio de um sistema online, eventuais inconsistências na apuração do Imposto sobre Serviços (ISS). Porém, antes de abrir um processo fiscal, a prefeitura oferece a chance dele se autorregularizar por meio dessa plataforma.

O benefício, se a empresa optar pela regularização, é pagar o débito sem a multa punitiva, que é de 150% sobre o valor devido. Ainda é possível, por meio do novo sistema de conformidade, que faz parte do Programa São Paulo em Dia, parcelar a dívida em 60 meses. Já quem optar por ignorar a notificação, estará sujeito a uma ação fiscal.

Segundo tributaristas, a iniciativa está dentro das melhores práticas da administração tributária e medidas semelhantes já são adotadas em outras capitais, como Porto Alegre e Fortaleza, e também em âmbito federal.

No ano passado, a prefeitura testou sistema semelhante, mas que envolvia apenas uma comunicação direta com alguns contribuintes.

O novo sistema, mais amplo, já encontrou 43 mil inconsistências tributárias, que podem gerar uma arrecadação de R\$ 500 milhões.

Mas a expectativa da prefeitura é de que pelo menos 20% dos contribuintes se autorregularizem, o que geraria R\$ 100 milhões para o caixa municipal. Os apontamentos são os mais diversos, como erro na classificação do Simples Nacional e a isenção de ISS sobre serviços que não foram exportados.

O programa agora faz parte de uma iniciativa para promover uma mudança na cultura da administração tributária: em vez de encarar contribuintes como adversários, tratá-los sob uma perspectiva orientativa, para incentivar a conformidade.

"Aquela administração tributária com um monte de fiscais indo até a empresa e fazendo uma fiscalização que dura meses em cima de um monte de documentação de papel precisa dar lugar a uma fiscalização mais inteligente, que faça uso de dados e

uma seleção mais precisa dos contribuintes. Para não dar tiro em água", diz o secretário municipal da Fazenda, Luis Felipe Vidal Arellano.

"Para que, quando você movimenta a administração tributária, seja efetivamente para uma situação em que não conseguiria recuperar aquela arrecadação de outra forma."

A criação do sistema também se situa em um contexto de aumento de mais de 150% no número de novos processos administrativos tributários que chegaram à Secretaria Municipal da Fazenda nos últimos cinco anos. O órgão, com uma equipe enxuta de 550 auditores fiscais, afirma ter dificuldades para dar vazão ao estoque e fiscalizar mais de três milhões de contribuintes de ISS e outros quatro milhões de imóveis.

Outra variável é a **reforma tributária**, cujo regime de transição começa em 2026. Como a tributação passará a ser no destino, descentralizada, não importará tanto o local da sede do contribuinte. Mas o secretário municipal da Fazenda acredita que ter um Fisco parceiro, que privilegia a orientação ante a punição, pode ser um fator decisivo para atrair empresas para a cidade, o que traria, no futuro, mais investimento.

"A ideia é dar oportunidade para o contribuinte, antes do início de uma ação fiscal, identificar quais são as desconformidades que a administração tributária consegue enxergar no negócio dele para que ele ou justifique porque aquela desconformidade não representa um problema de arrecadação tributária ou regularize a sua situação sem nenhum tipo de penalidade", diz o secretário.

Qualquer autuação fiscal é necessariamente acompanhada de multa punitiva. Com o programa, a Secretaria Municipal da Fazenda avisará o contribuinte antes do lançamento. De acordo com o subsecretário da Receita Municipal de São Paulo, Thiago Salvioni, o objetivo é diminuir a surpresa e privilegiar o contribuinte de boa-fé.

"Se, apesar do aviso, ele decidir não se regularizar, aí certamente vai ser fiscalizado e multado. Mas é uma escolha dele de correr ou não esse risco", afirma Salvioni. A ideia é permitir que o contribuinte se

autorregularize em um prazo de seis meses após a notificação no sistema ser enviada, mas ainda é algo que não está definido. "Vai variar muito a depender de quantos contribuintes se regularizarem", acrescenta ele, garantindo que não passará do prazo decadencial de cinco anos para a cobrança da dívida.

A criação do programa coincide com a apresentação pela Fazenda municipal, em janeiro, do Projeto de Lei nº 97/2025. Ele visa tornar mais conclusivas as soluções de consulta, estimar um tempo médio para a resolução do processo fiscal e possibilitar audiências ou consultas públicas antes da edição de alguns atos, nos moldes do que já faz o Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

"A ideia é evitar surpresas para o contribuinte sobre o entendimento da administração e melhorar a redação dos nossos instrumentos normativos", diz o secretário Luis Felipe Vidal Arellano. O projeto ainda propõe a criação do Conselho de Segurança, de natureza consultiva, com a participação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e principais setores de arrecadação, como as entidades setoriais - entre elas, a Fiesp e a Febraban.

Segundo Arellano, o sistema de conformidade e o PL são o "ápice" de uma série de mudanças que já vêm sendo implementadas desde 2018. "Passamos a partir da premissa que a maior parte dos contribuintes querem cumprir com suas obrigações tributárias, mas às vezes eles não fazem isso porque o sistema é muito complexo, ou passa por um momento difícil", afirma.

Uma das modificações foi a equalização de tarifas de ISS cobradas do setor de tecnologia. Outra foi a correção das dívidas com a prefeitura - antes 1% somado ao IPCA, discussão que está no Supremo Tribunal Federal (STF). Para evitar litígios, a Secretaria Municipal da Fazenda alterou o índice para a Selic. "Seria mais fácil fazer a mudança e encerrar essa discussão do que ficar insistindo, porque gera litigância e insegurança para o empresário", diz o secretário.

Desde janeiro, a Selic é aplicada.

A tributarista Andréa Mascitto, do Pinheiro Neto Advogados, afirma que o programa de conformidade de São Paulo é equiparável à previsão do artigo 138 do Código Tributário Nacional (CTN). "É uma oportunidade de fazer uma denúncia espontânea incentivada pelo Fisco. A empresa antecipa a regularização com o benefício de ser dispensado da multa", diz. "Vale a pena quando efetivamente achar que não tem uma boa briga. Mas se tem argumentos de defesa para testar, pode ir para o Judiciário

preventivamente ou esperar a autuação. Só que o contribuinte vai ficar mais vulnerável por causa da imputação da penalidade." André Buttini de Moraes, sócio do escritório Buttini de Moraes, afirma que o programa é uma boa prática tanto para o Fisco quanto para o contribuinte. "É um Fisco menos punitivo e que utiliza a tecnologia e ferramentascada vez mais avançadas para permitir ao contribuinte de boa-fé ter ciência de um eventual erro e se regularizar sem sanções", diz.

Muitas vezes, acrescenta ele, a autuação chega e o contribuinte até sabe que está errado, mas como a multa punitiva é elevada, o pagamento fica inviável naquele momento.

"A empresa acaba optando por uma defesa e esperando em um momento futuro algum parcelamento, alguma anistia, alguma coisa que reduza justamente essa multa e possa pagar o que deve de forma parcelada", afirma Moraes.

"Quando se tem programas como esse, evita-se todo esse desperdício de tempo e recursos, tanto públicos quanto do setor privado", conclui.

O contribuinte pode consultar o sistema de conformidade pela internet (<https://conformidade.sf.prefeitura.sp.gov.br/>) por meio da senha web ou gov.br. Caso tenha alertas e não fizer a autorregularização, estará sujeito à abertura de fiscalização.

"A ideia é dar oportunidade para o contribuinte, antes de uma ação fiscal" Luis F. V. Arellano

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188135>

De olho em 2026, Lula mexe no tabuleiro da Esplanada (Reforma ministerial)

Israel Medeiros +

Atrás de soluções para contornar a crise de popularidade que pode custar a eleição de 2026, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai empossar na tarde desta segunda-feira (10/3), às 15h, dois ministros no Palácio do Planalto. A deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR) assume a articulação política do Planalto na Secretaria de Relações Institucionais (SRI) e Alexandre Padilha, seu antecessor, assume o Ministério da Saúde. A fase atual do governo remonta não só à impopularidade da segunda metade do primeiro governo Dilma, mas também a elementos de sua escalafão na Esplanada. Gleisi e Padilha foram colegas de governo de 2011 a 2014. Na época, a parlamentar comandava a Casa Civil.

Na última quarta-feira, os novos ministros postaram uma foto de mãos dadas. O encontro, segundo Padilha, foi para conversar sobre a transição do cargo. Conversaram sobre o Conselho e sobre a agenda prioritária do governo no Congresso. Este é apenas o começo de uma série de reuniões que farão parte dessa transição, sinalizando o início de um grande trabalho sob a liderança da nossa presidenta-ministra, escreveu o político.

Embora não seja mais a número dois do Executivo (hoje esse cargo está nas mãos do baiano Rui Costa, também do PT), Gleisi volta a assumir um papel de protagonismo em um governo petista. Ela é a primeira mulher a comandar a SRI e terá pela frente o desafio de negociar com os presidentes e líderes do Congresso (em sua maioria homens) para fazer avançar diversas pautas econômicas para tentar melhorar a popularidade do governo.

Por seu gabinete passarão as articulações de todos os projetos que o Executivo quer ver aprovados neste ano, junto aos presidentes e líderes partidários da Câmara e do Senado Federal. Dentre eles a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil (uma promessa de campanha de Lula), mudanças na previdência de militares e os projetos que integram a **Reforma Tributária** sobre o consumo, aprovada em 2024.

Ao longo dos últimos dois anos, Padilha foi amplamente criticado por líderes do Congresso e pelo próprio presidente da Câmara (agora fora do cargo),

Arthur Lira (PP-AL), que o chamou de incompetente. Apesar disso, o governo conseguiu contornar a situação e fazer avançar temas, como o pacote de corte de gastos, no fim de 2024. Padilha saiu por cima e teve sobrevida no governo, mesmo com o descontentamento de líderes do Legislativo.

Sua situação melhorou com a eleição de Hugo Motta (Republicanos-PB) para a presidência da Câmara com o apoio do governo. Vários ministros, incluindo o próprio Padilha, deixaram seus cargos temporariamente para retornar ao Congresso e votar em Motta e em Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) no Senado.

O problema de Gleisi, na avaliação dos parlamentares, é diferente dos de Padilha. Apesar de ser boa articuladora e de ter experiência tanto como deputada quanto senadora, seus posicionamentos firmes são vistos como um empecilho para a construção de acordos, especialmente com a oposição liderada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Mesmo depois de ser anunciada para o cargo, por exemplo, Gleisi manteve a rotina de críticas quase diárias a Bolsonaro em seus perfis nas redes sociais, o que pode dificultar o trato com líderes do PL, por exemplo.

Em várias postagens nas redes sociais, a futura ministra faz uma dobradinha com seu namorado, o líder do PT Lindbergh Farias (PT-RJ) - a quem derrotou em eleições para a presidência do partido. No último mês, os dois atuaram para apresentar ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedidos em nome do PT e da bancada do partido na Câmara para apreender o passaporte do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho 03 do ex-presidente Bolsonaro.

O alinhamento de discursos entre a nova chefe do SRI e o líder do PT na Câmara pode ser mais um empecilho ao diálogo com os parlamentares, incluindo os do Centrão, que, pouco a pouco, ensaiam um desembarque do governo. A avaliação é que a tribuna da Câmara é uma coisa e o comando da SRI, outra. Com a queda de popularidade de Lula e a indisposição, até agora, de colocar mais nomes do Centrão no governo, esse grupo político começa a vender mais caro seu apoio.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as

principais notícias do dia no seu celular

Pesa a favor de Gleisi, no entanto, a proximidade com Lula. Foi sob a sua presidência no PT, em 2018, que o agora presidente foi preso depois de uma extensa perseguição criminal na Operação Lava-Jato, liderada à época pelo então juiz - e hoje senador - Sergio Moro (União Brasil-PR). Ela foi presença constante no acampamento Lula Livre, montado por apoiadores em frente à Superintendência da Polícia Federal em Curitiba (PR) durante o período em que o petista ficou preso (2018-2019).

Antes, em 2016, esteve na linha de frente de Dilma no Congresso para tentar evitar que a então presidente sofresse impeachment. Depois que o Senado aprovou o impeachment, em agosto daquele ano, Dilma fez um pronunciamento emocionado em tom de despedida junto a aliados. Ao seu lado estavam Gleisi e Lindbergh Farias, à época senador.

Quando Lula decidiu demitir Nísia Trindade, no fim de fevereiro, o Centrão começou a pressionar o Planalto para que o petista escolhesse um nome do grupo político para a SRI. Gleisi já era sondada para integrar o governo, mas para o lugar de Márcio Macêdo, ministro da Secretaria-Geral de Governo, pasta responsável por dialogar com movimentos sociais. A petista, no entanto, demonstrou interesse em comandar a articulação política e foi atendida.

Quem é cotado para esse cargo, agora, é Guilherme Boulos (PSol). Se confirmada a escolha, essa poderá ser a fase mais à esquerda do governo até agora, já que o psolista, conhecido por seus posicionamentos firmes e pela atuação no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em São Paulo, dão-lhe status de radical .

Com dois anos de governo, o médico infectologista e deputado federal Alexandre Padilha também volta a um local familiar: o Ministério da Saúde, que deixou há cerca de nove anos. Filiado ao PT desde os 17 anos, o ministro, que tem PhD em Saúde Pública pela Unicamp, também já foi secretário de Saúde na gestão de Fernando Haddad na prefeitura de São Paulo (2015-2016).

Sua primeira passagem pelo Ministério da Saúde teve altos e baixos. Foi sob sua gestão, por exemplo, que o governo criou o programa Mais Médicos, que trouxe profissionais cubanos para atuar no interior do país. À época, diversas entidades representativas de médicos criticaram a medida, alegando que ela ameaçava os padrões técnicos adotados pelos profissionais brasileiros.

O projeto, no entanto, virou uma marca do governo

Dilma e ganhou até um novo formato no governo Lula 3. O objetivo de Padilha agora também é o de criar programas que possam servir de vitrine para 2026. A falta de uma marca na Saúde depois de uma campanha eleitoral marcada pelo contraponto ao negacionismo de Bolsonaro durante a pandemia foi o que derrubou sua antecessora, Nísia Trindade.

Atrás de soluções para contornar a crise de popularidade que pode custar a eleição de 2026, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai empossar na tarde desta segunda-feira (10/3), às 15h, dois ministros no Palácio do Planalto. A deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR) assume a articulação política do Planalto na Secretaria de Relações Institucionais (SRI) e Alexandre Padilha, seu antecessor, assume o Ministério da Saúde. A fase atual do governo remonta não só à impopularidade da segunda metade do primeiro governo Dilma, mas também a elementos de sua escalação na Esplanada. Gleisi e Padilha foram colegas de governo de 2011 a 2014. Na época, a parlamentar comandava a Casa Civil.

Na última quarta-feira, os novos ministros postaram uma foto de mãos dadas. O encontro, segundo Padilha, foi para conversar sobre a transição do cargo. Conversaram sobre o Conselho e sobre a agenda prioritária do governo no Congresso. Este é apenas o começo de uma série de reuniões que farão parte dessa transição, sinalizando o início de um grande trabalho sob a liderança da nossa presidenta-ministra , escreveu o político.

Embora não seja mais a número dois do Executivo (hoje esse cargo está nas mãos do baiano Rui Costa, também do PT), Gleisi volta a assumir um papel de protagonismo em um governo petista. Ela é a primeira mulher a comandar a SRI e terá pela frente o desafio de negociar com os presidentes e líderes do Congresso (em sua maioria homens) para fazer avançar diversas pautas econômicas para tentar melhorar a popularidade do governo.

Por seu gabinete passarão as articulações de todos os projetos que o Executivo quer ver aprovados neste ano, junto aos presidentes e líderes partidários da Câmara e do Senado Federal. Dentre eles a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil (uma promessa de campanha de Lula), mudanças na previdência de militares e os projetos que integram a **Reforma Tributária** sobre o consumo, aprovada em 2024.

Ao longo dos últimos dois anos, Padilha foi amplamente criticado por líderes do Congresso e pelo próprio presidente da Câmara (agora fora do cargo), Arthur Lira (PP-AL), que o chamou de incompetente . Apesar disso, o governo conseguiu contornar a

situação e fazer avançar temas, como o pacote de corte de gastos, no fim de 2024. Padilha saiu por cima e teve sobriedade no governo, mesmo com o descontentamento de líderes do Legislativo.

Sua situação melhorou com a eleição de Hugo Motta (Republicanos-PB) para a presidência da Câmara com o apoio do governo. Vários ministros, incluindo o próprio Padilha, deixaram seus cargos temporariamente para retornar ao Congresso e votar em Motta e em Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) no Senado.

O problema de Gleisi, na avaliação dos parlamentares, é diferente dos de Padilha. Apesar de ser boa articuladora e de ter experiência tanto como deputada quanto senadora, seus posicionamentos firmes são vistos como um empecilho para a construção de acordos, especialmente com a oposição liderada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Mesmo depois de ser anunciada para o cargo, por exemplo, Gleisi manteve a rotina de críticas quase diárias a Bolsonaro em seus perfis nas redes sociais, o que pode dificultar o trato com líderes do PL, por exemplo.

Em várias postagens nas redes sociais, a futura ministra faz uma dobradinha com seu namorado, o líder do PT Lindbergh Farias (PT-RJ) - a quem derrotou em eleições para a presidência do partido. No último mês, os dois atuaram para apresentar ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedidos em nome do PT e da bancada do partido na Câmara para apreender o passaporte do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho 03 do ex-presidente Bolsonaro.

O alinhamento de discursos entre a nova chefe do SRI e o líder do PT na Câmara pode ser mais um empecilho ao diálogo com os parlamentares, incluindo os do Centrão, que, pouco a pouco, ensaiam um desembarque do governo. A avaliação é que a tribuna da Câmara é uma coisa e o comando da SRI, outra. Com a queda de popularidade de Lula e a indisposição, até agora, de colocar mais nomes do Centrão no governo, esse grupo político começa a vender mais caro seu apoio.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Pesa a favor de Gleisi, no entanto, a proximidade com Lula. Foi sob a sua presidência no PT, em 2018, que o agora presidente foi preso depois de uma extensa persecução criminal na Operação Lava-Jato, liderada à época pelo então juiz - e hoje senador - Sergio Moro (União Brasil-PR). Ela foi presença constante no acampamento Lula Livre, montado por apoiadores em frente à Superintendência da Polícia Federal em

Curitiba (PR) durante o período em que o petista ficou preso (2018-2019).

Antes, em 2016, esteve na linha de frente de Dilma no Congresso para tentar evitar que a então presidente sofresse impeachment. Depois que o Senado aprovou o impeachment, em agosto daquele ano, Dilma fez um pronunciamento emocionado em tom de despedida junto a aliados. Ao seu lado estavam Gleisi e Lindbergh Farias, à época senador.

Quando Lula decidiu demitir Nísia Trindade, no fim de fevereiro, o Centrão começou a pressionar o Planalto para que o petista escolhesse um nome do grupo político para a SRI. Gleisi já era sondada para integrar o governo, mas para o lugar de Márcio Macêdo, ministro da Secretaria-Geral de Governo, pasta responsável por dialogar com movimentos sociais. A petista, no entanto, demonstrou interesse em comandar a articulação política e foi atendida.

Quem é cotado para esse cargo, agora, é Guilherme Boulos (PSol). Se confirmada a escolha, essa poderá ser a fase mais à esquerda do governo até agora, já que o psolista, conhecido por seus posicionamentos firmes e pela atuação no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em São Paulo, dão-lhe status de radical .

Com dois anos de governo, o médico infectologista e deputado federal Alexandre Padilha também volta a um local familiar: o Ministério da Saúde, que deixou há cerca de nove anos. Filiado ao PT desde os 17 anos, o ministro, que tem PhD em Saúde Pública pela Unicamp, também já foi secretário de Saúde na gestão de Fernando Haddad na prefeitura de São Paulo (2015-2016).

Sua primeira passagem pelo Ministério da Saúde teve altos e baixos. Foi sob sua gestão, por exemplo, que o governo criou o programa Mais Médicos, que trouxe profissionais cubanos para atuar no interior do país. À época, diversas entidades representativas de médicos criticaram a medida, alegando que ela ameaçava os padrões técnicos adotados pelos profissionais brasileiros.

O projeto, no entanto, virou uma marca do governo Dilma e ganhou até um novo formato no governo Lula 3. O objetivo de Padilha agora também é o de criar programas que possam servir de vitrine para 2026. A falta de uma marca na Saúde depois de uma campanha eleitoral marcada pelo contraponto ao negacionismo de Bolsonaro durante a pandemia foi o que derrubou sua antecessora, Nísia Trindade.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/03/70>

80013-de-olho-em-2026-lula-mexe-no-tabuleiro-da-esplanada.html

Fase de testes da Reforma Tributária gera incertezas (Reforma tributária)

Rafaela Gonçalves +

O ano de 2025 será decisivo para a adequação das empresas às mudanças da **Reforma Tributária**. Faltando dez meses para o início da fase de testes, adaptação ao novo regime tem preocupado contadores e tributaristas, visto que cerca de 6 milhões de empreendimentos têm apenas este ano para seus processos e a gestão de documentos fiscais às novas regras.

A mudança estrutural visa simplificar o sistema de arrecadação e criar um modelo mais eficiente e justo para todos os setores da economia. Entretanto, para que essa modernização se torne realidade, é indispensável um ambiente tecnológico robusto, mapeado por especialistas como um dos grandes desafios neste momento.

O novo modelo de tributação sobre o consumo passará por um período de testes e de transição a partir de 2026. A alteração completa do sistema tributário nacional só se dará em 2033, quando serão definitivamente extintos os atuais ICMS e ISS.

Ao longo desse período serão testados e entrarão em vigor os novos **tributos** criados pela **Reforma Tributária**: o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual - que compreende a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), partilhado entre estados, DF e municípios - e o Imposto Seletivo, que incidirá sobre produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Segundo o tributarista Carlos Eduardo Navarro, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e sócio de Galvão Villani, Navarro, Zangiácomo e Bardella Advogados, há três grandes pilares com os quais as empresas devem se preocupar neste ano, o primeiro deles é a Tecnologia da Informação (TI).

Todos os ajustes sistêmicos competem a esta área, para que os documentos fiscais e as obrigações acessórias, em seguida, reflitam nos novos **tributos** já a partir da alíquota teste que vai ser colocada em 2026. Então, haverá um grande trabalho relacionado à área de TI, já está havendo na verdade, destaca. Toda essa parte de TI, em princípio, tem que ser finalizada ao longo de 2025, para já funcionar

perfeitamente em janeiro de 2026, afirma.

O segundo grande pilar, de acordo com Navarro, são as negociações de preços e contratos, especialmente entre empresas, o chamado B2B - sigla para business to business, de negócio para negócio. A reforma impacta de maneira diferente produtos, serviços, setores, diferentes setores. Então, sem dúvida, há aqueles que vão experimentar um aumento de carga tributária e há aqueles que vão experimentar uma redução de carga tributária. Portanto, as empresas devem negociar, especialmente seus contratos de longo prazo.

Em terceiro lugar estão os cálculos prévios relativos aos impactos da reforma, para poder antecipar ou subsidiar as negociações. Uma empresa que está decidindo abrir uma filial, por exemplo, precisa revisitar a malha logística, empresas que têm incentivos fiscais. Então, são várias as necessidades em torno do cálculo de impacto da **Reforma Tributária** para aquela empresa e para os bens e serviços que são comercializados por aquela empresa, aponta o advogado.

O Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), junto à **Receita Federal**, está trabalhando na Plataforma da **Reforma Tributária**, que visa criar um portal único para os contribuintes, facilitando o acesso e a compreensão da CBS e do Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), promovendo maior justiça tributária e eficiência administrativa.

Previsto para entrar em operação apenas no próximo ano, o sistema deve garantir não só a automação dos processos e a integração dos **tributos**, mas também proporcionar um ambiente mais transparente e seguro para a arrecadação fiscal.

A plataforma, vista como essencial para o período de transição, deve operar na Nuvem de Governo, a única nuvem soberana do Brasil. Isso garante que os dados fiscais permaneçam protegidos e sob controle estatal, assegurando a integridade e a confiabilidade do novo sistema tributário.

Antes do processo de implementação total da **Reforma Tributária**, previsto para 2033, durante o período de transição, haverá uma época em que valerão os dois regimes tributários concomitantes, o

que apresenta um enorme desafio, conforme destaca Rafael Balanin, sócio da área tributária do escritório Gasparini, Nogueira de Lima, Barbosa e Freire Advogados.

A implementação do novo sistema prevê um período longo de convivência entre os modelos antigo e novo. Portanto, muito provavelmente teremos obrigações antigas e novas convivendo dentro dos departamentos tributários das empresas , diz.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Nesse cenário, as equipes tributárias das empresas terão de lidar não apenas com as obrigações já existentes, como também deverão se atualizar quanto às novidades decorrentes da reforma, sem perder de vista a necessidade de manutenção de ambos os sistemas durante o período de transição. Certamente, esse momento será desafiador , acrescenta.

A falta de clareza com alguns pontos do novo regime tributário também é visto como um empecilho para que as empresas, estados e municípios possam se preparar a partir deste ano. A principal razão, de acordo com Balanin, são as regras que ainda estão no Projeto de Lei Complementar (PLP) 108, em tramitação no Congresso.

O texto detalha a estrutura e as atribuições do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS). Por meio dele é que será definida a fiscalização, o contencioso e o funcionamento do comitê gestor. Eu diria que ainda há uma grande falta de clareza em tudo isso , ressalta.

Ainda são necessárias muitas definições sobre as novas obrigações acessórias, ou adaptação das existentes, sobre as alíquotas-base de cada um dos novos **tributos**, entre outros detalhes importantes para o regular exercício da atividade empresarial , lembra o advogado. Isso sem falar na aprovação do projeto de lei que estabelece o regramento do Comitê Gestor do IBS, órgão fundamental para a solução de conflitos e gestão do IBS em âmbito nacional , emenda

A judicialização é outro fator de risco no radar dos tributaristas no momento. De acordo com Carlos Eduardo Navarro, a maior chance de que isso aconteça é em casos de bitributação, que ocorre quando dois entes tributantes cobram dois **tributos** sobre o mesmo fato gerador. Há **tributos** que não serão excluídos e que devem continuar em algumas situações, incidindo junto com os novos **tributos**. É o caso basicamente do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) para as instituições financeiras, para o mercado financeiro em geral e também para seguros ,

explica.

O IOF, me parece que deveria ter sido, sim, substituído pelos novos **tributos**, justamente para evitar essa bitributação, e também o ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis), no setor imobiliário. Esses são casos que me parecem casos de bitributação que vão ser objeto de judicialização muito em breve , avalia.

Apesar do tempo de adaptação parecer longo, o advogado tributarista Lucas Ribeiro, CEO da ROIT e um dos coordenadores do Curso de Implementação da **Reforma Tributária** da Trevisan Escola de Negócios, alerta para a necessidade de um planejamento estratégico desde já. No período de transição vão ocorrer mudanças, ainda há um longo período, mas o que sabemos até aqui é mais do que suficiente para implementar a **Reforma Tributária** , frisa.

Ribeiro ainda aconselha negociações antecipadas com os fornecedores, pois produtos ficarão mais caros, cabendo uma avaliação de formação de estoque ou compra antecipada, por exemplo. Segundo ele, algo que praticamente todas as empresas terão a necessidade de fazer é o aumento de caixa. Como o Fisco sempre receberá antes - seja o CBS, no caso da **Receita Federal**, ou o IBS, no caso dos estados e municípios -, as empresas terão necessidade de capital de giro para fazerem o pagamento , afirma.

O ano de 2025 será decisivo para a adequação das empresas às mudanças da **Reforma Tributária** . Faltando dez meses para o início da fase de testes, adaptação ao novo regime tem preocupado contadores e tributaristas, visto que cerca de 6 milhões de empreendimentos têm apenas este ano para seus processos e a gestão de documentos fiscais às novas regras.

A mudança estrutural visa simplificar o sistema de arrecadação e criar um modelo mais eficiente e justo para todos os setores da economia. Entretanto, para que essa modernização se torne realidade, é indispensável um ambiente tecnológico robusto, mapeado por especialistas como um dos grandes desafios neste momento.

O novo modelo de tributação sobre o consumo passará por um período de testes e de transição a partir de 2026. A alteração completa do sistema tributário nacional só se dará em 2033 , quando serão definitivamente extintos os atuais ICMS e ISS.

Ao longo desse período serão testados e entrarão em vigor os novos **tributos** criados pela **Reforma Tributária**: o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual - que compreende a Contribuição sobre Bens e

Serviços (CBS), federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), partilhado entre estados, DF e municípios - e o Imposto Seletivo, que incidirá sobre produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Segundo o tributarista Carlos Eduardo Navarro, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e sócio de Galvão Villani, Navarro, Zangiácomo e Bardella Advogados, há três grandes pilares com os quais as empresas devem se preocupar neste ano, o primeiro deles é a Tecnologia da Informação (TI).

Todos os ajustes sistêmicos competem a esta área, para que os documentos fiscais e as obrigações acessórias, em seguida, reflitam nos novos **tributos** já a partir da alíquota teste que vai ser colocada em 2026. Então, haverá um grande trabalho relacionado à área de TI, já está havendo na verdade, destaca. Toda essa parte de TI, em princípio, tem que ser finalizada ao longo de 2025, para já funcionar perfeitamente em janeiro de 2026, afirma.

O segundo grande pilar, de acordo com Navarro, são as negociações de preços e contratos, especialmente entre empresas, o chamado B2B - sigla para business to business, de negócio para negócio. A reforma impacta de maneira diferente produtos, serviços, setores, diferentes setores. Então, sem dúvida, há aqueles que vão experimentar um aumento de carga tributária e há aqueles que vão experimentar uma redução de carga tributária. Portanto, as empresas devem negociar, especialmente seus contratos de longo prazo.

Em terceiro lugar estão os cálculos prévios relativos aos impactos da reforma, para poder antecipar ou subsidiar as negociações. Uma empresa que está decidindo abrir uma filial, por exemplo, precisa revisitar a malha logística, empresas que têm incentivos fiscais. Então, são várias as necessidades em torno do cálculo de impacto da **Reforma Tributária** para aquela empresa e para os bens e serviços que são comercializados por aquela empresa, aponta o advogado.

O Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), junto à **Receita Federal**, está trabalhando na Plataforma da **Reforma Tributária**, que visa criar um portal único para os contribuintes, facilitando o acesso e a compreensão da CBS e do Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), promovendo maior justiça tributária e eficiência administrativa.

Previsto para entrar em operação apenas no próximo ano, o sistema deve garantir não só a automação dos processos e a integração dos **tributos**, mas também proporcionar um ambiente mais transparente e seguro

para a arrecadação fiscal.

A plataforma, vista como essencial para o período de transição, deve operar na Nuvem de Governo, a única nuvem soberana do Brasil. Isso garante que os dados fiscais permaneçam protegidos e sob controle estatal, assegurando a integridade e a confiabilidade do novo sistema tributário.

Antes do processo de implementação total da **Reforma Tributária**, previsto para 2033, durante o período de transição, haverá uma época em que valerão os dois regimes tributários concomitantes, o que apresenta um enorme desafio, conforme destaca Rafael Balanin, sócio da área tributária do escritório Gasparini, Nogueira de Lima, Barbosa e Freire Advogados.

A implementação do novo sistema prevê um período longo de convivência entre os modelos antigo e novo. Portanto, muito provavelmente teremos obrigações antigas e novas convivendo dentro dos departamentos tributários das empresas, diz.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Nesse cenário, as equipes tributárias das empresas terão de lidar não apenas com as obrigações já existentes, como também deverão se atualizar quanto às novidades decorrentes da reforma, sem perder de vista a necessidade de manutenção de ambos os sistemas durante o período de transição. Certamente, esse momento será desafiador, acrescenta.

A falta de clareza com alguns pontos do novo regime tributário também é visto como um empecilho para que as empresas, estados e municípios possam se preparar a partir deste ano. A principal razão, de acordo com Balanin, são as regras que ainda estão no Projeto de Lei Complementar (PLP) 108, em tramitação no Congresso.

O texto detalha a estrutura e as atribuições do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS). Por meio dele é que será definida a fiscalização, o contencioso e o funcionamento do comitê gestor. Eu diria que ainda há uma grande falta de clareza em tudo isso, ressalta.

Ainda são necessárias muitas definições sobre as novas obrigações acessórias, ou adaptação das existentes, sobre as alíquotas-base de cada um dos novos **tributos**, entre outros detalhes importantes para o regular exercício da atividade empresarial, lembra o advogado. Isso sem falar na aprovação do projeto de lei que estabelece o regimento do Comitê Gestor do IBS, órgão fundamental para a solução de conflitos e

gestão do IBS em âmbito nacional , emenda

A judicialização é outro fator de risco no radar dos tributaristas no momento. De acordo com Carlos Eduardo Navarro, a maior chance de que isso aconteça é em casos de bitributação, que ocorre quando dois entes tributantes cobram dois **tributos** sobre o mesmo fato gerador. Há **tributos** que não serão excluídos e que devem continuar em algumas situações, incidindo junto com os novos **tributos**. É o caso basicamente do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) para as instituições financeiras, para o mercado financeiro em geral e também para seguros , explica.

O IOF, me parece que deveria ter sido, sim, substituído pelos novos **tributos**, justamente para evitar essa bitributação, e também o ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis), no setor imobiliário. Esses são casos que me parecem casos de bitributação que vão ser objeto de judicialização muito em breve , avalia.

Apesar do tempo de adaptação parecer longo, o advogado tributarista Lucas Ribeiro, CEO da ROIT e um dos coordenadores do Curso de Implementação da **Reforma Tributária** da Trevisan Escola de Negócios, alerta para a necessidade de um planejamento estratégico desde já. No período de transição vão ocorrer mudanças, ainda há um longo período, mas o que sabemos até aqui é mais do que suficiente para implementar a **Reforma Tributária** , frisa.

Ribeiro ainda aconselha negociações antecipadas com os fornecedores, pois produtos ficarão mais caros, cabendo uma avaliação de formação de estoque ou compra antecipada, por exemplo. Segundo ele, algo que praticamente todas as empresas terão a necessidade de fazer é o aumento de caixa. Como o Fisco sempre receberá antes - seja o CBS, no caso da **Receita Federal**, ou o IBS, no caso dos estados e municípios -, as empresas terão necessidade de capital de giro para fazerem o pagamento , afirma.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2025/03/7079925-fase-de-testes-da-reforma-tributaria-gera-incertezas.html>

Próximo a Lula, Padilha leva experiência na articulação para Saúde, mas enfrenta críticas do Centrão

Médico sanitarista, Alexandre Padilha vai tirar o jaleco do armário ao voltar ao Ministério da Saúde a partir desta segunda-feira. Padilha levará para a nova pasta a experiência de lidar com um Congresso empoderado diante de uma base governista fragilizada.

Nos dois anos em que comandou a articulação política do governo neste terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula, o médico acumulou desgastes na relação com o Centrão na figura de uma das principais lideranças do bloco, o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL).

Apesar de o novo cargo não lhe garantir um distanciamento completo do mundo político, chamou atenção dos últimos no Palácio do Planalto o semblante alegre de Padilha. Para integrantes do governo, era um sinal diante de alívio por deixar um cargo em que, como ele mesmo repetia, precisava quase diariamente "deixar o fígado na geladeira". Lira rompeu relações com o chefe da articulação política na virada de 2023 para 2024 e chegou a chamá-lo publicamente de incompetente e desafeto .

Durante o período na Secretaria de Relações Institucionais, Padilha conseguiu aprovar pautas econômicas, como a **Reforma Tributária**, mas também teve derrotas em assuntos em que não havia convergência com partidos de centro, como a derrubada do veto ao marco temporal para terras indígenas.

Aos 53 anos, Padilha tem uma relação próxima com Lula. Durante a pandemia da Covid-19, costumava acompanhar o líder petista quando ele ia ao posto de saúde se vacinar. O médico, formado pela Unicamp, entrou no PT na época do movimento estudantil. Morou em Santarém, no Pará, no começo dos anos 2000, quando coordenou um programa da Organização Mundial de Saúde (OMS), sobre doenças tropicais.

A sua primeira passagem pelo Ministério da Saúde, entre 2011 e 2014, no governo Dilma Rousseff, foi marcada pelo lançamento do Mais Médicos, que previa a contratação de profissionais para atuar em cidades do interior do país. O programa se tornou uma

vitrine do PT, apesar de ter enfrentado críticas de entidades de classe principalmente por causa da contratação de médicos cubanos.

Na época, Padilha também criou incentivos para a abertura de novos cursos de medicina, outra iniciativa q atacada por entidades que questionaram a falta de controle de qualidade na formação dos profissionais.

O médico deixou o cargo no começo de 2014 para se candidatar ao governo de São Paulo, mas ficou apenas em terceiro lugar. O vencedor daquela disputa foi o hoje vice-presidente Geraldo Alckmin, na época no PSDB.

Durante a gestão de Fernando Haddad na prefeitura de São Paulo (2013-2016), Padilha também comandou as secretarias de Saúde e de Relações Institucionais. Foi eleito deputado em 2018 e reeleito em 2022.

Com a vitória na disputa presidencial de 2022, Lula optou por repetir na articulação política a configuração com que encerrou o seu segundo mandato em 2010 e colocou Padilha novamente na SRI. O cenário político encontrado em Brasília, porém, estava bastante diferente.

Mas mesmo diante do desgaste enfrentado na SRI, o presidente decidiu manter o aliado fiel por perto e o transferiu para o lugar de Nísia Trindade na Saúde, num movimento igual ao que Dilma havia feito em 2011.

Na época, Lula não gostou da decisão de sua sucessora. Em 2018, em entrevista ao livro "A verdade vencerá: O Povo Sabe porque me condenam", o líder petista disse que "não queria que Padilha fosse o ministro da Saúde" de Dilma porque achava que ele deveria continuar na articulação política.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/03/10/proximo-a-lula-padilha-leva-experiencia-na-articulacao-para-saude-mas-enfrenta-criticas-do-centrao.ghtml>

MDS é o coração do governo Lula e não se negocia, afirma Wellington Dias

Por Fabio Murakawa e Renan Truffi - De Brasília

No momento em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva promove uma **reforma ministerial** a conta-gotas, o ministro do Desenvolvimento Social (MDS), Wellington Dias, diz ao Valor que, pelo que conhece de seu chefe, seu ministério "não entra em negociações políticas".

O nome de Dias tem aparecido entre os cotados a perder o cargo desde 2024. A pasta já foi cobiçada por legendas como o PSD. E chegou a ser oferecida a partidos da base por interlocutores do presidente, ainda que muitas fontes do governo duvidem que Lula esteja disposto a retirar do PT o ministério responsável pelo Bolsa Família e cedê-lo para o Centrão.

Mais recentemente, houve rumores de que a deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR) gostaria de ocupar o MDS. Mas, com a ida dela para a Secretaria de Relações Institucionais (SRI), as pressões sobre o ministro arrefeceram.

"O presidente Lula tem autorização do povo para a mudança que ele quiser", diz o ministro. "Mas, conhecendo como eu o conheço, o MDS não entra em negociações políticas, é o coração do seu governo. Por isto sei o peso da minha responsabilidade."

O ministro afirma que não chamaria as atuais mudanças na Esplanada de "reforma", mas de "mudanças pontuais vinculadas à estratégia de melhor resultado com vistas a 2026".

"A primeira montagem do governo era para garantir governabilidade, aprovação de importantes mudanças, como aconteceu em 2023 e 2024: a **reforma tributária**, vários projetos sociais", diz. "Agora, além da governabilidade, também é levada em conta a organização do time para eleições de 2026."

Além de ter sido cogitado no mapa de trocas no primeiro escalão do governo, Dias tem sido pressionado por problemas relacionados à gestão da pasta. Por um lado, enfrenta insatisfação dentro do próprio PT por causa da ênfase no combate a irregularidades no Bolsa Família. Em outra frente, uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) identificou fraudes na concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que somam R\$ 5 bilhões

ao ano.

Bolsa Família e fraudes no BPC

Sobre as fraudes no BPC, o ministro afirma que mudanças feitas no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) contribuíram para as falhas. Os trabalhos de fiscalização do TCU foram realizados de abril a outubro de 2024 e abrangeram o período de 2022 a maio de 2024, em um contexto em que o crescimento do benefício é uma das principais preocupações da equipe econômica do governo Lula em relação às contas públicas.

As principais causas para o pagamento a pessoas que não atendem aos critérios de elegibilidade do BPC incluem atrasos na correção de irregularidades, assinalam os técnicos do tribunal, que também apontam complexidades nos controles da composição familiar (principalmente quanto à renda informal, omissão de membros e flutuações naturais da realidade socioeconômica).

Os auditores do TCU também listam limitações quanto à qualidade e defasagem temporal dos dados disponíveis, citando ainda dificuldades no acesso a determinados bancos de dados.

"A troca do modelo do Cadastro Único por um aplicativo permitiu todo tipo de fraudes: pessoas de elevada renda, CPFs e outros documentos falsos, pessoas falecidas", diz. "Foram cerca de 4,1 milhões de benefícios cancelados por fraudes e irregularidade. E também há processos na área eleitoral, onde existe provas de trocas de Auxílio Brasil por voto."

Já sobre o pente-fino no Bolsa Família, o ministro afirma que a medida é necessária mesmo com o desgaste junto a petistas, que temem que uma pauta positiva seja contaminada pelos cortes. "Mesmo gerando desgaste", responde Dias. "Fraude é fraude."

Debandada do Centrão

A manutenção de Dias no cargo - que reforça a presença do PT na Esplanada - ocorre enquanto alas do Centrão se dividem entre a busca por mais espaço no governo e um debate sobre o desembarque da base aliada. Ao comentar a movimentação do bloco político, Dias afirma que "muitas pessoas estão

acostumadas a tirar proveito de participar de um governo e depois cuspir no prato que comeram".

"A gente já contou com vários líderes destes partidos na eleição do presidente Lula. Eu estou bastante animado que em 2026 nós vamos ter em cada Estado uma quantidade ainda maior desses líderes", disse o ministro. "Tem muita gente que se acostumou a tirar proveito de participar de um governo e depois cuspir no prato que comeu, como se diz no popular. Mas tem muita gente séria."

Até agora, o maior chamamento à debandada partiu do senador Ciro Nogueira, presidente do PP, rival político de Dias no Piauí, que foi aliado de Lula até se tornar ministro da Casa Civil de Bolsonaro, em julho de 2021. Na semana passada, Nogueira disse que sempre foi contra a entrada de André Fufuca, deputado pelo PP, no Ministério do Esporte e que seu partido nunca foi base de Lula.

"Fico imaginando a situação do meu colega ministro hoje, como se tivesse tomado uma decisão sem dialogar com o seu partido", ironiza Dias.

Com a popularidade de Lula desabando nas pesquisas, Dias mostra-se confiante em uma recuperação do presidente: "O PT é o único partido ao qual me filiei a minha vida inteira. Você tem ideia do que já passamos?".

Para o ministro, a próxima eleição não deverá ser mais difícil do que a de dois anos atrás, quando Lula derrotou Bolsonaro após sair da prisão e sem a máquina do governo.

"Eleição mais difícil que 2022? Olho para frente, acho muito difícil a gente ter", afirma, elencando episódios como as blitzes da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que, segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), tentaram impedir o deslocamento de eleitores de Lula no Nordeste.

O ministro também comentou o atual momento conturbado do PT, que elegeu na sexta-feira (7) o senador Humberto Costa (PE) para um mandato-tampão no lugar de Gleisi Hoffmann à frente da sigla. Costa e o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (CE), tentam se cacifar para comandar o partido a partir das eleições deste ano.

Apesar da preferência de Lula pelo ex-prefeito de Araraquara (SP) Edinho Silva, Wellington Dias diz que a disputa "vai ser no voto".

"Eu quero acreditar que haverá ainda um espaço para o diálogo, para que a gente tenha a condição de menos tensão. A disputa é própria da democracia, sim.

Mas, se tivermos condições de um entendimento pelo diálogo, é um caminho melhor", disse. "O presidente Lula tem uma relação com o ex-prefeito Edinho com o mesmo carinho que ele tem também pelo senador Humberto Costa. Se tiver que ter disputa, é por isso que nós criamos a eleição direta. Vai ser decidido no voto."

Preço dos alimentos

O ministro atribui a alta dos alimentos, grande foco de insatisfação popular, a fatores externos. O "fato concreto", diz, é que o ano passado foi marcado por intempéries como enchentes no Rio Grande do Sul, secas em diversas regiões produtoras e a subida do dólar, que chegou perto de R\$ 6,30 em dezembro.

"Muitos desses produtos são importados. Outros têm como referência o preço de exportação. No caso do milho, do café, de vários outros produtos, como a cana-de-açúcar, o açúcar, a soja, o óleo comestível", diz. "O público mais pobre foi o que mais foi impactado. Porque boa parte da sua renda é para alimentação. Então, é claro que esse público reclamou."

Ele se diz "animado" com o anúncio feito na quinta-feira (6) pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, após reunião com empresários, de zerar tarifas de importação para atenuar a carestia.

Apesar de a alta do dólar ter sido disparada várias vezes por declarações de Lula ou de ministros, Dias afirma que há uma parte da Faria Lima e do empresariado que especula contra o governo "por ganância", tumultuando o ambiente econômico. A incerteza fiscal afeta diretamente os ativos brasileiros diante do maior risco de desequilíbrio da dívida pública e, por isso, é monitorada de perto por investidores. "São setores da economia que ganham com a instabilidade."

Em outra frente, o ministro prevê que existe a possibilidade de que o país deixe o mapa da fome neste ano, o que acontecerá se a média da população com prevalência de subnutrição atinja uma média inferior a 2,5% desde 2024.

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2025/03/10/mds-e-o-coracao-do-governo-lula-e-nao-se-negocia-afirma-dias.ghtml>

Regimes simultâneos e judicialização

Antes do processo de implementação total da **Reforma Tributária**, previsto para 2033, durante o período de transição, haverá uma época em que valerão os dois regimes tributários concomitantes, o que apresenta um enorme desafio, conforme destaca Rafael Balanin, sócio da área tributária do escritório Gasparini, Nogueira de Lima, Barbosa e Freire Advogados.

"A implementação do novo sistema prevê um período longo de convivência entre os modelos antigo e novo. Portanto, muito provavelmente teremos obrigações antigas e novas convivendo dentro dos departamentos tributários das empresas", diz.

"Nesse cenário, as equipes tributárias das empresas terão de lidar não apenas com as obrigações já existentes, como também deverão se atualizar quanto às novidades decorrentes da reforma, sem perder de vista a necessidade de manutenção de ambos os sistemas durante o período de transição. Certamente, esse momento será desafiador", acrescenta.

A falta de clareza com alguns pontos do novo regime tributário também é visto como um empecilho para que as empresas, estados e municípios possam se preparar a partir deste ano. A principal razão, de acordo com Balanin, são as regras que ainda estão no Projeto de Lei Complementar (PLP) 108, em tramitação no Congresso.

O texto detalha a estrutura e as atribuições do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS). Por meio dele é que será definida a fiscalização, o contencioso e o funcionamento do comitê gestor. "Eu diria que ainda há uma grande falta de clareza em tudo isso", ressalta.

"Ainda são necessárias muitas definições sobre as novas obrigações acessórias, ou adaptação das existentes, sobre as alíquotas-base de cada um dos novos **tributos**, entre outros detalhes importantes para o regular exercício da atividade empresarial", lembra o advogado.

"Isso sem falar na aprovação do projeto de lei que estabelece o regramento do Comitê Gestor do IBS, órgão fundamental para a solução de conflitos e gestão do IBS em âmbito nacional", emenda A judicialização é outro fator de risco no radar dos tributaristas no momento. De acordo com Carlos Eduardo Navarro, a maior chance de que isso aconteça é em casos de bitributação, que ocorre

quando dois entes tributantes cobram dois **tributos** sobre o mesmo fato gerador. "Há **tributos** que não serão excluídos e que devem continuar em algumas situações, incidindo junto com os novos **tributos**. É o caso basicamente do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) para as instituições financeiras, para o mercado financeiro em geral e também para seguros", explica.

"O IOF, me parece que deveria ter sido, sim, substituído pelos novos **tributos**, justamente para evitar essa bitributação, e também o ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis), no setor imobiliário. Esses são casos que me parecem casos de bitributação que vão ser objeto de judicialização muito em breve", avalia.

Planejamento de caixa

Apesar do tempo de adaptação parecer longo, o advogado tributarista Lucas Ribeiro, CEO da ROIT e um dos coordenadores do Curso de Implementação da **Reforma Tributária** da Trevisan Escola de Negócios, alerta para a necessidade de um planejamento estratégico desde já.

"No período de transição vão ocorrer mudanças, ainda há um longo período, mas o que sabemos até aqui é mais do que suficiente para implementar a **Reforma Tributária**", frisa.

Ribeiro ainda aconselha negociações antecipadas com os fornecedores, pois produtos ficarão mais caros, cabendo uma avaliação de formação de estoque ou compra antecipada, por exemplo. Segundo ele, algo que praticamente todas as empresas terão a necessidade de fazer é o aumento de caixa. "Como o Fisco sempre receberá antes - seja o CBS, no caso da **Receita Federal**, ou o IBS, no caso dos estados e municípios -, as empresas terão necessidade de capital de giro para fazerem o pagamento", afirma.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/7077/10-03-2025.html?all=1>

Pé-de-Meia: incentivo ou bomba fiscal?

DANANDRA ROCHA

Aprovado pelo Congresso Nacional e instituído pela Lei nº 14.818/2024, o programa Pé-de-Meia busca reduzir a evasão escolar oferecendo incentivo financeiro a estudantes do ensino médio, da rede pública, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Apesar de representar um alívio financeiro para muitas famílias, o benefício tem sido alvo de críticas sobre sua viabilidade econômica e transparência na gestão dos recursos, gerando um acirrado debate entre governo e oposição.

O principal questionamento da oposição é a transparência na execução dos recursos do programa.

O deputado Luciano Lorenzini Zucco (PL-RS) lembra que o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou irregularidades na gestão financeira do Pé-de-Meia e bloqueou R\$ 6 bilhões destinados ao benefício, concedendo um prazo de 120 dias para ajustes.

Segundo o TCU, os problemas envolvem o uso indevido de recursos do Fundo de Garantia de Operações (FGO) sem a devida previsão orçamentária, o que contraria normas fiscais. Além disso, foi apontado que a execução dos pagamentos ocorreu antes de uma regulamentação clara sobre a origem dos recursos.

"Uma espécie de orçamento paralelo, o que configura crime de responsabilidade fiscal, caracterizando o caso como uma pedalada semelhante às ocorridas em gestões anteriores", critica Zucco.

Especialistas apontam que, sem um planejamento sólido, o programa pode enfrentar dificuldades como cortes ou até deixar de existir. Para a advogada Maísa Pio, a sustentabilidade do programa pode gerar impactos na arrecadação pública. Ela afirma que, sem manutenção, o benefício pode afetar o equilíbrio fiscal e causar aumento de **tributos**.

"A expansão do Pé-de-Meia representa um investimento de R\$ 12,5 bilhões anuais. Para viabilizar essa despesa sem gerar desequilíbrios financeiros, o governo poderá adotar a realocação de recursos de outras áreas ou, até mesmo, a criação de novas fontes de receita. Em último caso, há a possibilidade de aumento da carga tributária, o que vem causando desconforto e insegurança entre investidores", analisa

a tributarista.

Na opinião do economista Máximo Della Justina, a incorporação do Pé-de-Meia ao Orçamento da União deve ser feita de forma estratégica, garantindo que o programa seja tratado como uma prioridade e não apenas um gasto adicional. "Não pode simplesmente lançar o programa e depois ver de onde vem o recurso. Se esses gastos forem incorporados como obrigação normal e prioritária no Orçamento anual da União, deve haver uma respectiva diminuição de gastos em áreas menos prioritárias para compensar", alerta.

Recursos garantidos

Autora do projeto, a deputada Tabata Amaral (PSB-SP), por sua vez, defende que o Pé-de-Meia representa um investimento estratégico para o país e não deve ser visto como um custo. Ela cita estudos do economista Ricardo Paes de Barros, que apontam que a evasão escolar custa cerca de R\$ 395 mil por jovem ao longo da vida. "Essa perda reverbera na vida do indivíduo e na própria dinâmica da sociedade, o que não é sustentável. O Pé-de-Meia, instituído por lei, já é uma política permanente. A sociedade não vai permitir retrocessos nessa política e o próprio Congresso já demonstrou que aportará recursos ao programa", argumenta a parlamentar.

O Pé-de-Meia foi inicialmente financiado com um aporte de R\$ 6,1 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em 2023. No entanto, a partir de 2024, o governo passou a utilizar recursos do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para custear o programa.

Em 2026, a previsão é de que o benefício seja incorporado ao orçamento do Ministério da Educação (MEC), tornando-se uma despesa permanente da União.

O MEC garantiu ao Correio que a medida está estruturada para ser mantida nos próximos anos e reforça que sua ampliação será avaliada conforme os impactos na educação e no orçamento federal. "O Fundo para custear e gerir a Poupança de Incentivo à Permanência e Conclusão Escolar (Fipem) é regido por um Comitê de Participação", informa.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/7077/10-03-2025.html?all=1>

Destaque em 2024, PIB perde o fôlego

ROSANA HESSEL

O crescimento de 3,4% no Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2024 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na semana passada, foi o melhor registrado desde 2021, mas apresentou uma surpresa no último trimestre, quando o avanço de 0,2% foi menor do que o esperado pelo mercado. A mediana das estimativas previa uma variação de 0,4% de outubro a dezembro, em relação aos três meses anteriores. Por isso, a desaceleração antecipada acendeu mais um alerta para a atividade econômica deste ano.

Os principais motores do crescimento de 2024, o consumo das famílias e os investimentos, do lado da demanda, e os serviços e a indústria, do lado da oferta, não terão a mesma força e deram sinais de enfraquecimento no último trimestre do ano passado, de acordo com os analistas. Eles apontam riscos relacionados com a perspectiva desse baixo crescimento em curso, uma vez que o governo tende a adotar novas medidas para estimular o consumo ou gastar mais para turbinar a atividade que podem desequilibrar ainda mais as contas públicas e a aumentar a dívida pública bruta em relação ao **PIB**.

As revisões de projeções para baixo do **PIB** de 2025 começaram e as novas estimativas são inferiores à mediana das perspectivas atuais, de 2%, e o consenso dos analistas é que o destaque voltará a ser a agropecuária, como em 2023, devido à perspectiva de safra recorde neste ano.

Contudo, segundo eles, a contribuição da agricultura no **PIB** ainda é se comparado com outros componentes, pois encolheu de 6,9% para 6,5% entre 2023 e 2024.

Enquanto isso, o peso dos **impostos** sobre produtos apresentou variação acima dos outros indicadores, passando de 14,5% para 16% na mesma base de comparação, refletindo os recordes mensais de arrecadação da **Receita Federal**, mas que não foram suficientes para zerar o rombo das contas públicas - risco que segue no radar no mercado.

Pelos cálculos dos economistas, o bom desempenho do **PIB** em 2024 implica um carregamento estatístico de 0,8% na atividade econômica de 2025. Com isso, eles reforçaram que a expansão do **PIB** deverá ser restrita, em torno de 1%, na melhor das hipóteses.

O economista Alberto Ramos, do banco norte-americano Goldman Sachs, por exemplo, logo após a divulgação dos dados das contas nacionais, revisou de 2,1% para 1,7% a previsão de crescimento econômico do país neste ano. Sergio Vale, economistachefe da MB Associados, destacou que a desaceleração da atividade econômica sinaliza um crescimento entre 1,5% e 2%.

"A visão geral é de um **PIB** que foi forte no passado e teve um crescimento bastante importante em termos de consumo e investimento.

Mas começou a desacelerar no quarto trimestre, já dando essa sinalização de que a economia está enfraquecendo", alerta Sergio Vale.

A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, também está refazendo os cálculos e não descarta dois trimestres de **PIB** negativo na segunda metade de 2025, uma vez que os impactos da política monetária do Banco Central, que iniciou o aumento dos juros em setembro, tendem a serem defasados e devem ter um impacto maior no terceiro e no quarto trimestre deste ano. "Houve uma desaceleração mais forte do que o esperado no último trimestre de 2024 e não descartamos dois trimestres com **PIB** negativo no segundo semestre deste ano", afirma.

Apesar de o Brasil ter registrado expansão acima da média global em 2024, de 3,2%, o desempenho do **PIB** brasileiro ficou abaixo da média dos países do grupo de países emergentes do Brics, de 5%. Conforme levantamento da Austin Rating, em dólares, o **PIB** brasileiro atingiu US\$ 2,179 trilhões, colocando o país na 10ª colocação entre as maiores economias do planeta, dois degraus abaixo da posição anterior.

"O crescimento do **PIB** foi bom para o nível do Brasil, mas o país ainda registrou crescimento abaixo de países do Sudeste Asiático, como a China, de 5%, e a Índia, de 6,5%. Isso significa que o Brasil continua perdendo investimento para essas nações", comparou Alex Agostini, economista-chefe da Austin.

Expectativa

Segundo ele, o resultado foi mais robusto do que o inicialmente esperado pelo mercado no início de 2024, em parte, por conta da política de transferência de renda do governo e também pela valorização real do salário mínimo. Mas, devido ao maior impacto do ciclo

de aumento dos juros, iniciado pelo Banco Central em setembro, neste ano, o Brasil continuará na mesma classificação global e o **PIB** deverá crescer apenas 1,5%, pelas projeções de Agostini.

De acordo com a economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), assim como no último trimestre de 2024, a tendência é de desaceleração nos próximos trimestres e as sondagens da FGV é de piora nas expectativas sobre o futuro, especialmente com o aumento das incertezas no mercado externo, especialmente em relação às ameaças dos Estados Unidos de aplicar tarifas de reciprocidade.

"A economia está desacelerando de forma mais rápida e o aumento da instabilidade prejudica mais os investimentos no país, pois empresários não devem se sentir seguros para investirem com o atual cenário, especialmente com a perspectiva de aumento de tarifas globais. O mundo deverá crescer menos e isso é ruim para todas as economias de forma geral", ressaltou Matos.

Fernando Honorato, economista- chefe do Bradesco, destacou em relatório que o governo tem anunciado medidas que podem manter "algum dinamismo na economia", como a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) para trabalhadores que foram demitidos, mas tinham aderido ao **saque-aniversário**, as novas regras para crédito consignado privado, e a provável aprovação da isenção do Imposto de Renda para pessoas com renda até R\$ 5 mil, por exemplo.

O banco manteve a previsão de crescimento do **PIB** neste ano em 1,9%. As projeções para a dívida pública bruta, 80,3% do **PIB** neste ano, passando para 85,9% do **PIB**, em 2026, também foram mantidas. Leandro Ferreira, fundador e presidente da Rede Brasileira de Renda Básica, destacou que o crescimento mais robusto do **PIB** passa pela ampliação dos programas sociais, que vem ocorrendo desde a pandemia.

"A visão geral é de um **PIB** que foi forte no passado e teve um crescimento bastante importante em termos de consumo e investimento. Mas começou a desacelerar no quarto trimestre, já dando essa sinalização de que a economia está enfraquecendo"

Sergio Vale, economista

**

Medidas arriscadas

Analistas mais ortodoxos, no entanto, reforçam que o

espaço para a queda dos juros está relacionado com a condução da política fiscal.

Silvia Matos, do FGV Ibre, demonstra preocupação com as recentes sinalizações expansionistas do presidente Lula, que falou que tomará "atitudes mais drásticas" para conter o aumento do preço dos alimentos.

Para a especialista, esse cenário de desaceleração mais acentuada neste ano e a perspectiva de mais um ano eleitoral em 2026, tendem a fazer o governo atual buscar medidas inflacionárias para estimular o consumo das famílias, que recuou 1% no último trimestre de 2024. "O ano de 2025 começou com mensagens trocadas de autoridades do governo e com o enfraquecimento político do ministro Haddad, o que tende a aumentar as incertezas no mercado doméstico", afirma.

Inflação

Na avaliação de Matos, a queda de popularidade do presidente tem feito o governo adotar medidas controversas e de baixo impacto no combate à **inflação**, como a redução do Imposto de Importação (II) sobre 10 produtos, como carne, azeite e sardinha, anunciado no Palácio do Planalto sem a presença do titular da Fazenda.

A economista Selene Peres Nunes, uma das autoras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), engrossou o coro.

As medidas são inócuas, nunca tive dúvida. Primeiro, porque há a questão do diagnóstico errado da **inflação**, da insistência em repetir políticas que sempre deram errado, mas por razões ideológicas, o governo acha que tem que aumentar a dosagem do que já deu errado.

Segundo, há um enorme viés contra a iniciativa privada. Uma falta de entendimento de como o câmbio afeta as decisões econômicas", avaliou Nunes.

A especialista em contas públicas também demonstrou preocupação com as recentes declarações do presidente Lula que sinalizam que ideias perigosas e que não deram certo no passado como tabelamento de preços.

"Lembremos que o anúncio abrange sardinha, biscoitos, macarrão. Também me preocupa ver medidas sendo adotadas sem nenhum estudo prévio, parece que o sujeito acorda com uma ideia e resolve implementar. Então, se aumentar importação é nesses produtos em que há espaço, mas aí o câmbio tende a compensar o efeito sobre preços", alerta Nunes.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/7077/10-03-2025.html?all=1>

Principais destaques

O desempenho do PIB de 2024 teve como principais destaques os avanços da indústria e dos serviços, pelo lado da oferta; e do consumo das famílias e dos investimentos, no lado da demanda

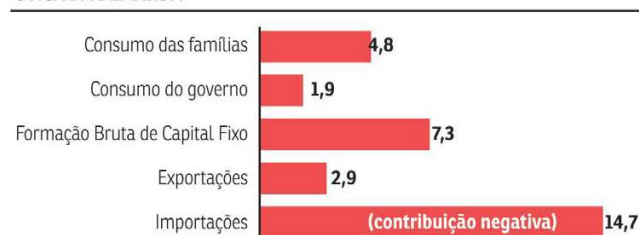


COMPONENTES DO PIB

Ótica da produção Variação acumulada — Em %



ÓTICA DA DEMANDA



3,4%

Variação do PIB em 2024 em relação a 2023 3,4%

0,2%

Variação do PIB do 4º trimestre em relação ao 3º trimestre

R\$ 11,7 trilhões

Valor nominal do PIB de 2024

1,5% a 2,0%

Previsão do mercado para o crescimento do PIB em 2025

CONTRIBUIÇÃO

Variação dos principais componentes do PIB — Em %

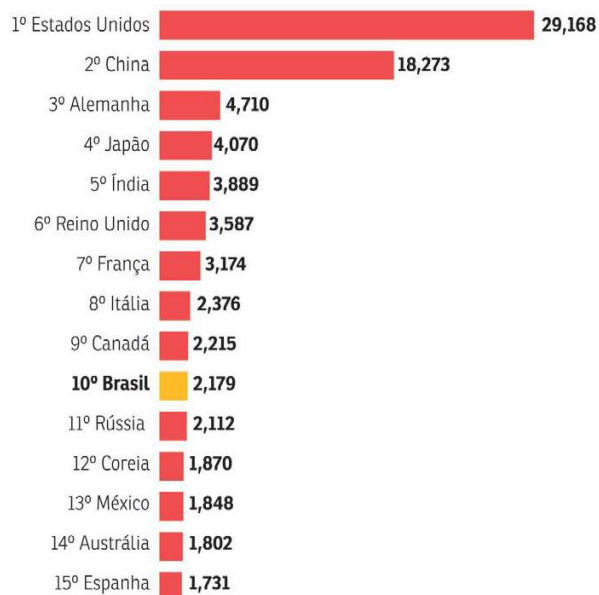
OFERTA	2023	2024
Agropecuária	6,9	6,5
Indústria	25,4	24,7
Serviços	67,8	68,8
Impostos sobre produtos	14,5	16,0

Fontes: IBGE e Austin Rating

RANKING GLOBAL

PIB do Brasil passou da 8ª para a 10ª colocação entre as maiores economias do planeta

PIB em US\$ trilhões



DEMANDA	2023	2024
Consumo das famílias	62,9	63,9
Consumo do governo	19,0	18,8
Formação Bruta de Capital Fixo	15,8	16,9
Importações	-15,7	-17,5
Exportações	18,0	18,0

Congresso adota agenda de fundo corporativista (Editorial)

Findo o recesso de carnaval, os congressistas parecem ter escolhido suas prioridades na pauta de votações. Nenhuma tem a ver com as maiores preocupações da população, saúde e segurança. Vencidos, graças ao acordo com o Supremo, os obstáculos para liberar emendas parlamentares, o principal objetivo do Parlamento mantém-se o mesmo: defender os próprios interesses. No topo da lista, estão propostas de mudanças na legislação eleitoral, que precisam ser aprovadas até outubro para valerem já nas eleições de 2026.

A mais preocupante altera a Lei da Ficha Limpa, facilitando o acesso às urnas dos criminosos condenados em segunda instância. Pronta para ir ao plenário, ela deveria ser engavetada ou rejeitada por qualquer parlamentar preocupado com a infiltração do crime nas instituições da República.

Também formou-se consenso no comando das duas Casas legislativas de que as mudanças no Código Eleitoral e a minirreforma eleitoral, aprovadas na Câmara e estacionadas no Senado, devem avançar. Caberá à Comissão de Constituição e Justiça do Senado recolocá-las em tramitação. É compreensível que o assunto esteja no radar, mas não é aceitável que seja motivo para mudar regras que, em vez de alteradas, precisam antes ser cumpridas.

Entre as idéias em discussão, há desde a proposta de flexibilizar a cota feminina para candidatos ao Legislativo até o afrouxamento das normas para prestação de contas partidárias. Uma das mudanças de interesse dos políticos é limitar a R\$ 30 mil as multas por falhas na prestação de contas, valor sem qualquer proporcionalidade com as cifras que o Tesouro transfere às legendas (apenas para o fundo eleitoral das eleições municipais do ano passado foram destinados quase R\$ 5 bilhões).

Outra ideia insensata na proposta de Código Eleitoral determina que pesquisas de opinião apresentem "taxas de acerto", conceito sem nenhum respaldo científico. Não cabe à Justiça Eleitoral apontar as melhores pesquisas, apenas zelar pela transparência delas. Também é inaceitável um "jabuti", inserido na minirreforma eleitoral, substituindo por multa a cassação de mandato em casos de compra de votos. Uma terceira pauta corporativista perigosa prevê o aumento no número de deputados de 513 para 527.

Para não ajustar as bancadas de estados pelo último Censo, há o risco de o Congresso aumentar o custo do Legislativo, sem proveito algum para a democracia.

Outros projetos visam a enfraquecer a Justiça Eleitoral. Um deles estabelece o regime de anualidade para resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, inspirado na regra estipulada na **legislação tributária**. Para **impostos**, é sensato que alterações feitas num ano só entrem em vigor no próximo exercício, mas é descabido usar o mesmo princípio para normas eleitorais.

Há todo tipo de ideia estapafúrdia entre os projetos apresentados. Se não houver filtro nas comissões e bom senso das lideranças, o risco é serem aprovadas. Também existem, é verdade, boas idéias, como a que cria uma quarentena de quatro anos para militares, promotores ou juizes disputarem eleições depois de deixar o cargo. Os novos presidentes da Câmara e do Senado, Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União-AP), têm a missão de manter nas gavetas pautas de interesse exclusivo de políticos, cuja aprovação depõe contra a imagem do próprio Congresso - e de levar adiante apenas mudanças ditadas pela sensatez.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Planejamento sucessório com bens no exterior - OPINIÃO JURÍDICA

Angela Di Franco e Marcela Assef

Angela Di Franco e Marcela Assef são, respectivamente, sócia e advogada do Levy Salomão Advogados

O planejamento sucessório assumiu papel relevante para famílias que desejam uma partilha eficiente e econômica.

Delinear a sucessão envolve diferentes instrumentos e operações, dos mais simples aos mais sofisticados, como a elaboração de testamento, a constituição de holdings patrimoniais ou a doação em vida de bens, entre outros.

Antes de tudo, é necessário ter em mente que o planejamento sucessório não pode se basear em fórmulas prontas, aplicadas acriticamente, sob pena de descumprir seus principais objetivos: eficiência e economicidade.

Instrumento que se tornou recorrente é a constituição de sociedades no exterior, por meio da qual famílias buscam a segurança de seus ativos.

Recentes alterações legislativas e decisões judiciais sobre estruturas no exterior impactam o resultado do planejamento sucessório, inclusive com pagamento de **impostos**.

O primeiro aspecto relevante para o desenho de um planejamento sucessório diz respeito à jurisdição competente para processar o inventário. Ainda que as partes envolvidas sejam brasileiras e o local do falecimento seja o Brasil, recentes decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) excluem do inventário processado no Brasil os bens localizados no exterior. Tal entendimento está fundado no fato de o Brasil adotar o princípio da pluralidade dos juízos sucessórios, ou seja, o inventário e partilha devem ser processados no lugar da situação dos bens deixados pelo falecido.

Além disso, o STJ afirma que a lei brasileira não é aplicável à sucessão de bens localizados no exterior, impactando diretamente o tratamento da herança. Isso significa que os bens de uma pessoa falecida são considerados de forma distinta conforme sua localização, sendo também distinto o direito que os

rege para efeitos sucessórios.

No Brasil, quando o falecido deixa descendentes, ascendentes ou cônjuge, obrigatoriamente 50% dos bens da herança são destinados a esses herdeiros (parte legítima).

Já a outra metade pode ser livremente atribuída pelo indivíduo por um testamento (parte disponível).

Acórdãos recentes do STJ indicam, ainda, não ser possível a compensação dos valores recebidos pelos herdeiros no exterior com aqueles recebidos no Brasil para a equiparação da parte legítima de cada herdeiro, apesar de existirem decisões antigas em sentido contrário.

Na nossa opinião, a decisão do STJ em não permitir a uniformização da legítima dos herdeiros está equivocada. A existência de múltiplos juízos sucessórios não altera o fato de a herança constituir uma universalidade de bens e direitos, independentemente de sua localização.

Outro aspecto relevante é o estudo da tributação incidente sobre os bens objeto da futura partilha. Enquanto as normas de sucessão de direito brasileiras se aplicam apenas aos bens situados em território nacional, o imposto de transmissão causa mortis e de doação (ITCMD) incide tanto sobre bens no Brasil como sobre aqueles existentes no exterior.

Em 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) afirmou que os Estados não poderiam exigir ITCMD sobre bens no exterior sem a edição de lei complementar para regulamentar a cobrança do imposto, conforme exigido pelo artigo 155, parágrafo 1º, III, da Constituição Federal.

Como essa decisão se deu no regime de repercussão geral, todos os tribunais do país foram obrigados a aplicá-la, e os Estados que não dispunham de completar sobre a matéria deixaram de exigir o imposto.

A **reforma tributária**, contudo, causou incerteza aos contribuintes, ao estabelecer no artigo 16 da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, a possibilidade de cobrança do ITCMD pelos Estados até que lei complementar seja editada.

Exemplificando, a legislação sobre o ITCMD do Estado de São Paulo (Lei nº 10.705/2000) estabelece a cobrança, em seu artigo 4º, I, "b". Por outro lado, contribuintes do Estado de São Paulo recentemente obtiveram decisões afastando o recolhimento do ITCMD sobre bens no exterior por conta da ausência de edição de lei complementar nos termos exigidos pelo texto constitucional, mesmo após a disposição introduzida pela **reforma tributária**.

O descompasso entre a legislação civil aplicada às sucessões e a sistemática tributária pode implicar resultados não imaginados por aquele que planejou sua sucessão. Para ilustrar, imaginemos uma família com quatro herdeiros necessários, cujo patrimônio no exterior é significativamente superior ao do Brasil. Na hipótese de apenas um desses herdeiros receber os bens no exterior, ainda assim terá direito a um quarto dos bens do Brasil.

Conforme o STJ, esse herdeiro, mesmo recebendo valor maior, não estará obrigado a compensar os valores recebidos no exterior para igualar a porção legítima dos demais. A depender de como o assunto foi tratado na família quando da elaboração do planejamento sucessório, isso poderá gerar uma longa e custosa disputa judicial.

Ainda no exemplo aqui ventilado, imaginemos que o herdeiro beneficiado não recolha o ITCMD sobre os bens que se encontravam do exterior.

Conforme determina o artigo 16, III, da Emenda Constitucional nº 132/2023, o imposto seria exigido do sucessor do falecido, não importando se aquele sucessor recebeu bens do exterior. Isso quer dizer que os herdeiros ainda correm o risco de serem obrigados a recolher ITCMD sobre bens que sequer receberam.

Quando se trata de organizar a sucessão, ante a infinidade de possibilidades, é necessário conhecer as consequências de cada estrutura. Como disse Benjamin Franklin: "Nada é mais certo neste mundo do que a morte e os **impostos**", então que se planeje corretamente tanto a morte como o pagamento dos **impostos**.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188135>

Produtores criticam alíquota zero; supermercados apoiam medida

A decisão do governo federal de zerar a alíquota do imposto de importação sobre uma série de alimentos não foi bem vista pelo setor produtivo paraense, que considera a medida ineficiente para reduzir os preços. Já a Associação Paraense de Supermercados (Aspas) projeta que as medidas do governo vão baratear os preços ao consumidor em poucas semanas. O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), anunciou, ontem, após reunião com empresários do setor, a redução na alíquota para garantir uma redução no custo de determinados itens, como carne, café, açúcar e milho. Confira os percentuais no infográfico.

Para o zootecnista e diretor da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa), Guilherme Minssen, a redução do imposto sobre carne, milho, açúcar e outros alimentos é apenas "mais um discurso demagógico".

"O agronegócio assiste isso bastante preocupado, essa atitude do governo é inócua, nós não somos importadores de alimentos, pelo contrário, o Brasil é exportador de alimento. Alguma coisa de muito errada está acontecendo na nossa economia para que eles não consigam interpretar a realidade do agro brasileiro", pontua.

Segundo ele, a Faepa, por meio da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) e da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), já declarou bastante preocupação com as medidas que Mins-sen considera "mal planejadas". O diretor ressalta que o governo continua ignorando questões mais fundamentais de um problema macroeconômico no controle inflacionário. "Continuamos com o câmbio desajustado e, principalmente, com gastos públicos muito elevados. Essa posição já é pública pelo CNA, já é pública pela Faepa e continua uma grande preocupação".

carne

O presidente da União Nacional da Indústria e Empresas da Carne (Uniec), Francisco Victer, reconhece o esforço do governo federal e diz que toda tentativa de buscar uma redução de preço é válida, porém, a alternativa, embora possa parecer lógica, não deve atingir aquilo a que se propõe.

"Essa possibilidade de reduzir **impostos** para importar carne, apesar de reconhecer que é um esforço, não tem muito efeito. Não há oferta capaz de abastecer as demandas adicionais do mercado brasileiro. O Brasil tem um consumo muito elevado, o mundo não tem esses excedentes", enfatiza.

Além disso, segundo Vic-ter, que é também coordenador do movimento Aliança Paraense pela Carne, o preço da carne no Brasil é, historicamente, sempre o mais baixo, em comparação com Estados Unidos, Argentina, Uruguai e Austrália, por exemplo.

"Dizem que estamos exportando muito e está faltando carne aqui, mas não, porque o Pará produz um milhão de toneladas e só consome 250 mil. Nossa indústria vem se modernizando para atender ao mercado internacional. Essa alternativa do governo pode funcionar em outros itens, mas, no caso da carne, a gente pode adiantar que há um pequeno poder de interferir".

O diretor da Fae-pa defende que as medidas que o governo está adotando são de curto prazo e que, na sua opinião, não terão interferência na importação de outros produtos, que são mais caros no mercado exterior e de menor qualidade. "É uma medida desastrosa. Pena que o governo não consiga entender e considera o agronegócio como um desafio a ele, com discursos publicamente colocados e bastante desajustados".

inspeção

Outro anúncio feito nesta quinta-feira (6) foi uma aceleração no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi) como tentativa de baixar os preços dos alimentos. O zootecnista Guilherme Minssen explica que trata-se de um selo que é considerado pelo Ministério da Agricultura um exemplo para todos os produtos, para dar qualidade. Os produtos com essa identificação, de acordo com ele, podem ser comercializados em todo o país.

Alckmin destacou, na ocasião, que "o Ministério da Agricultura já passou de 300 para 1.500 de Sisbis. A meta é chegar em 3 mil". A ferramenta funciona com uma espécie de municipalização da inspeção, descentralizando o trabalho e acelerando as

inspeções. Produtos como leite e mel estão entre os possíveis envolvidos nessa aceleração.

"Claro que eles não podem ser exportados, apenas para comércio interior. Nós temos uma evolução muito grande na nossa parte sanitária do país e temos produtos de elevado conceito dentro do mercado. Quem regula isso é o mercado e nós temos a certeza de que nós vamos ter apenas uma flexibilização com produtos de mesma qualidade para todo o país e isso tem algumas barreiras que já estavam sendo mexidas", diz Minssen.

Alckmin disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aprovou uma série de medidas sobre o tema, e os anúncios desta quinta-feira (6) são apenas o primeiro pacote. Lula teve reunião com ministros sobre o assunto. Depois, os auxiliares do presidente da República conversaram com representantes do setor produtivo - e os anúncios vieram em seguida. Alckmin classificou o encontro com empresários, no Palácio do Planalto, como "muito produtivo".

supermercados

O presidente da Associação Paraense de Supermercados (Aspas), Jorge Portugal, concorda com a medida do governo federal, que, segundo ele, vai baratear os preços ao consumidor em poucas semanas após entrar em vigor. "Com certeza, vai garantir preços mais baixos, a Abras estava presente na reunião, representando o setor de alimentos. É positiva e gostaria que os governadores dos estados também adotassem a redução do ICMS", defende.

Portugal lembra que o Brasil importa muitos produtos que passaram a ter imposto de importação zerado, como o azeite. No caso dos outros itens que o país já produz, como a carne, a abertura maior de mercado vai incentivar a negociação, aumentar a oferta e, com isso, deve haver um barateamento dos preços locais.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-797ca459e99b805becf949fcdc9ed769.pdf

Novas regras do Pix entram em vigor em julho

Na quinta-feira (6), o Banco Central (BC) anunciou novas regras para aumentar a segurança no uso do Pix, sistema de pagamentos instantâneos utilizado por milhões de brasileiros. As mudanças, que entrarão em vigor a partir de julho, visam combater fraudes e inconsistências cadastrais.

O Banco Central esclareceu que as novas medidas atingirão apenas 1% das chaves Pix registradas. O objetivo é evitar que criminosos utilizem chaves Pix associadas a nomes diferentes daqueles registrados na base de dados da **Receita Federal**, o que tem sido explorado em golpes para dificultar o rastreamento de operações fraudulentas.

O Banco Central reforçou que quem tem **impostos** em aberto ou o nome negativado em órgãos de proteção ao crédito poderá continuar utilizando o sistema normalmente. As restrições anunciadas referem-se apenas à regularidade cadastral dos titulares junto à **Receita Federal**.

Sobre a manutenção das chaves vinculadas a números de telefone. As chaves desse tipo ainda poderão ser transferidas para outro titular ou conta, devido à alta rotatividade de números, especialmente em linhas pré-pagas.

Para haver a exclusão das chaves Pix, as instituições financeiras e de pagamento deverão revisar os cadastros sempre que houver um procedimento envolvendo chaves

Pix, como registro, alteração de informações, pedido de portabilidade ou reivindicação de posse. Caso seja identificada alguma das irregularidades listadas acima, a chave será excluída automaticamente do sistema. A nova regulamentação também impõe restrições à modificação de dados em chaves Pix do tipo aleatória. A partir de julho, quem precisar atualizar informações vinculadas a uma chave aleatória deverá excluí-la e cadastrar uma nova. Já as chaves vinculadas a e-mails não poderão mais ser transferidas para outro titular a partir de abril, ou seja, não será possível migrá-las de uma conta para outras. É possível consultar a situação cadastral do CPF no site da Receita.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-797ca459e99b805becf949fcdc9ed769.pdf

Pedidos de recuperação judicial têm alta de até 70% em dois anos

CRISTIANE BARBIERI

Com a alta do endividamento das empresas, tem crescido tanto o número de reestruturações e renegociações de dívidas quanto o de novos pedidos de recuperação judicial e extrajudicial.

Análise da RK Partners com base em dados da Serasa Experian mostra que os pedidos de recuperação judicial entre as empresas de pequeno porte subiram 70% nos últimos dois anos. Entre as médias companhias (faturamento até R\$ 300 milhões por ano), a alta foi de 35%. As grandes, que têm acesso a capital mais barato, também sofreram: os pedidos de proteção contra credores subiram 8% entre o quarto trimestre de 2022 e o mesmo período do ano passado.

"Os balanços do quarto trimestre devem mostrar uma situação ainda mais difícil", diz Ricardo Ricardo Knoepfelmacher, sócio da consultoria Ainda assim, o mercado não vê risco de se repetir o que aconteceu no governo Dilma Rousseff.

Em dezembro de 2014, no fim do primeiro mandato da petista, o endividamento das companhias de menor porte na Bolsa chegou a 5,4 vezes sua geração de caixa (ante 2,7 vezes atualmente), segundo estudo da assessoria de reestruturação Sêneca Evercore. A capacidade de pagamento dos custos financeiros, o chamado índice de cobertura, era de 0,5 (hoje, está em 1,4). Quanto maior o índice, maior a capacidade de a empresa pagar esses custos.

"Àquela época, tivemos dois anos consecutivos de retração no **PIB**, diferentemente de agora, quando temos o menor índice de desemprego da história", diz Ricardo Lacerda, sócio do banco de investimento BR Partners. "Só aconteceria novamente se houvesse uma desaceleração súbita da economia, o que ninguém prevê." Além disso, dizem os especialistas, a economia brasileira se sofisticou na última década, com crescimento inédito dos mercados financeiro e de capitais. Instrumentos que permitem a tomada de crédito pelas corporações, como certificados de recebíveis e títulos de dívida, ganharam peso inexistente até então.

O levantamento da Sêneca, com base em dados do Banco Central, mostra que o crédito bancário

respondia por 81,7% dos recursos tomados pelas empresas em 2015. Hoje, equivale a 50,8% do total. Já os títulos de dívida corporativos, que respondiam por 18,3% do crédito há dez anos, chegaram a 49,2% em dezembro.

"As empresas passaram a ter a oportunidade de trocar sua fonte de financiamento da mão de poucos para a de muitos", diz Daniel Wainstein, sócio da Sêneca Evercore. "Hoje, a empresa consegue pagar taxas menores porque se formou uma grande comunidade de investidores em crédito no Brasil, que não existia até muito recentemente." Essa melhoria institucional, porém, não significa que os próximos anos serão fáceis. Segundo Lacerda, mesmo empresas que são grandes geradoras de caixa têm tido dificuldades para conseguir reduzir seu endividamento.

"A situação só vai mudar quando houver uma sinalização clara de redução nas taxas de juros", afirma.

"Hoje, as empresas trabalham para pagar bancos."

Cenário

Mesmo empresas que são grandes geradoras de caixa têm tido dificuldades para reduzir passivo

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

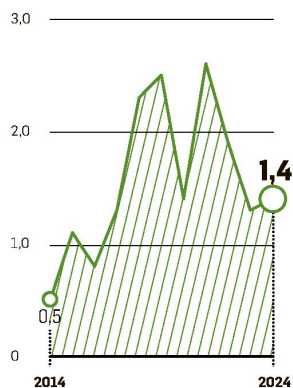
NOVO ATROPELO

Empresas brasileiras enfrentam dívidas altas e caixa baixo

DADOS SE REFEREM A DEZEMBRO DE CADA ANO

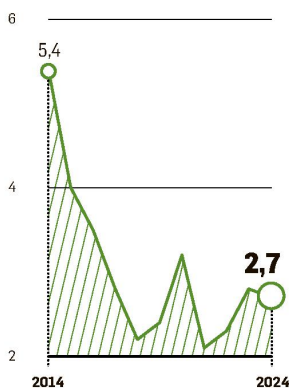
Índice de cobertura

Ebit/despesas com juros - Medida da capacidade de pagamento dos custos financeiros de uma empresa; quanto maior, mais capacidade de honrar as dívidas



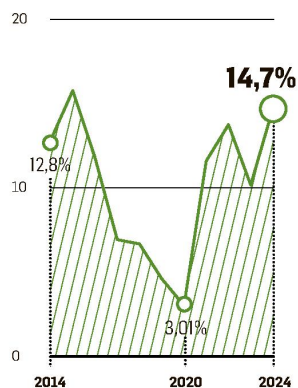
Endividamento

Dívida líquida/ebitda - Mede o nível de endividamento de uma empresa em relação a sua geração de caixa

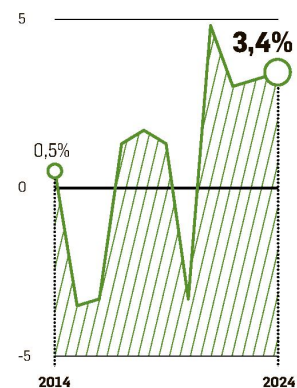


Taxa de juros

Juros futuros B3



Crescimento do PIB



OBS.: LEVANTAMENTO COM 120 EMPRESAS BRASILEIRAS DE BAIXA CAPITALIZAÇÃO DE MERCADO DO SMALL CAP INDEX FUND

FONTES: SÊNECA EVERCORE, ANBIMA E IBGE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Ajuste fiscal de Milei derruba benefício pago a aposentados na Argentina

LUCIANA DYNIEWICZ

anos, cortou produtos lácteos de suas compras mensais há pouco mais de um ano - quando a **inflação** mensal alcançou 20,6% no país e as aposentadorias não foram corrigidas. "Antes, a gente podia comprar queijo, iogurte. Agora, não dá mais.

Carne de vaca também trocamos por frango", diz ela, que recebe aposentadoria mínima: 279 mil pesos (R\$ 1.534) mais um abono de 70 mil pesos (R\$ 385). A renda total de 349 mil pesos a coloca muito pouco acima da linha de pobreza, definida em 334,5 mil pesos.

"Com esse valor, ninguém vive", diz Liliana. "Essa situação de a aposentadoria ser muito baixa não é nova. Mas, com a chegada de Javier Milei à Presidência, tudo piorou muito e nos tiraram até os remédios gratuitos", acrescenta.

No caso de Liliana, até agosto ela recebia do Instituto Nacional de Serviços Sociais para Aposentados e Pensionistas (PAMI, na sigla em espanhol) um medicamento para controlar o nível de ácido úrico que custa o equivalente a R\$ 110.

Pelo menos 44 remédios deixaram de ser distribuídos gratuitamente na Argentina. Segundo o governo, pessoas com renda inferior a 388,5 mil pesos podem ter acesso a eles mediante inscrição em um programa especial.

Liliana, no entanto, afirma não ter conseguido o medicamento.

"Eu pedi ao PAMI para continuar tendo acesso ao remédio, mas me foi negado.

Nossa situação (dos aposentados) é crítica", diz ela.

Os aposentados formam o grupo que mais sofre com o aperto fiscal promovido pelo governo do presidente Javier Milei. Segundo a economista Elisabet Bacigalupo, da consultoria Abeceb, 20% da redução do déficit se deu via mexida nas aposentadorias e 12%, nos gastos sociais.

Milei foi eleito em 2023 tendo uma motosserra como símbolo de sua campanha. Ela representava o corte

que ele prometia para os gastos públicos.

O presidente cumpriu sua promessa e, no ano passado, após realizar esses cortes, conseguiu que o país registrasse um superávit primário de 1,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**). No ano anterior, a Argentina havia tido um déficit de 4,4% do **PIB**.

O aperto fiscal, porém, acabou deteriorando a situação financeira dos aposentados.

Em abril de 2024, o governo de Milei mudou a fórmula de reajuste dos benefícios, que passaram a ser atualizados a cada dois meses - e não mais a cada três meses, como ocorria até então. Quando essa mudança foi feita, entretanto, a **inflação** de janeiro - a mais alta daquele ano - acabou não sendo totalmente reposta ao valor dos benefícios.

"Oito pontos (porcentuais) de **inflação** não foram reconhecidos.

E isso se arrastou durante todo 2024", explica a economista Melisa Sala, da consultoria LCG. Ela acrescenta que uma lei foi aprovada no Congresso em agosto para recompor essa perda, mas o presidente a vetou em setembro.

Melisa conta ainda que, antes de Milei, o abono concedido aos que recebem o valor mínimo da aposentadoria (70% dos aposentados) era reajustado conforme a **inflação**, o que deixou de acontecer.

Com essa alteração, o abono passou a representar 26% da renda do aposentado que está na faixa mais baixa do benefício. Antes, chegava a 52%.

Elisabet, da Abeceb, pondera que, com a **inflação** desacelerando, a situação dos aposentados tem melhorado na margem, mas não o suficiente para recuperar as perdas. Segundo a economista, os aposentados recebem hoje 22,9% a menos em relação ao valor registrado em janeiro de 2022 e 29,2% a menos do que em janeiro de 2017.

EQUILÍBRIO FISCAL. Apesar dos problemas sociais, do ponto de vista econômico o choque provocado por Milei tem obtido bons resultados e recebido elogios mundo afora. Além de registrar superávit nas contas, o presidente conseguiu reduzir a **inflação** de 211%, em

2023, para 117,8% no ano passado - ainda alta, mas em trajetória descendente.

Milei já afirmou, em postagem no X no ano passado, que "a melhor política social é o equilíbrio fiscal, com pressão fiscal descendente, e uma política monetária que termine com a **inflação**". Usando um termo que costuma utilizar para se referir aos parlamentares que insistem em aumentar gastos e evitar cortes no Orçamento, ele afirmou: "Os degenerados fiscais, com seu amor pelos mais pobres e suas ações, só os multiplicam".

PERSPECTIVA. Em entrevista ao Estadão no fim de janeiro, o economista Fabio Giambiagi, filho de argentinos e que passou a infância no país, disse que a melhora, mesmo no que se refere a indicadores sociais, é visível. "Estive na Argentina em janeiro de 2024 e agora. A diferença social é da água para o vinho. Havia uma situação de enorme emergência um ano atrás, e agora a situação está mais tranquila", afirmou.

Apesar de o nível de pobreza no país ter atingido 52,9% no primeiro semestre de 2024, é provável que o indicador tenha caído na segunda metade do ano, afirma ele. Os números do fim de 2024 serão conhecidos apenas agora em março.

A dúvida, de acordo com o economista, é em relação à sustentação.

"O que está se perfilando é o tipo de modelo em que o governo consegue sucesso em alguns indicadores, mas associados a crescimento vigoroso de alguns setores que não são muito empregadores de mão de obra, como petróleo e mineração. A dúvida é até que ponto isso se espalha para a economia e até que ponto a estabilização gera um dinamismo grande", diz ele.

"Antes, a gente podia comprar queijo, iogurte. Agora, não dá mais. Carne de vaca também trocamos por frango"

Liliana Carci Aposentada

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

'Tempestade perfeita chegou ao fim, mas PIB não está em colapso', afirma Fernando Genta

Anaís Fernandes De São Paulo

O ano de 2024 viveu uma "tempestade perfeita" para a atividade, que cresceu 3,4% com estímulos fiscais e monetários que não devem se repetir em 2025, diz Fernando Genta, economista chefe da XP Asset.

"Historicamente, o modelo do Banco Central, ou o modelo que todo mundo do mercado utiliza, tem o impacto da política monetária na atividade. E eu não tenho uma boa razão para achar que isso mudou", afirma.

Neste ano, a economia deve desacelerar, mas não colapsar, diz Genta, projetando um **PIB** entre 1,5% e 2% em 2025. Ainda assim, sua principal dúvida é sobre os estímulos à atividade que podem ser dados pelo governo federal ao longo do ano.

"De um lado, isso pode apertar as condições financeiras, pelo estresse que gera no mercado - e uma parte disso já aconteceu -, de outro, teria um estímulo, um efeito de medidas que a gente já vê sendo anunciadas", afirma.

Embora a queda de 1% no consumo das famílias no quarto trimestre, ante o terceiro, tenha sido um dos destaques do **PIB** no período - que subiu 0,2% no total -, ela não surpreendeu a XP Asset, que já esperava uma contração.

Mais surpreendentes, diz Genta, foram os desempenhos aquém do esperado da Formação Bruta de Capital Fixo (medida para os investimentos no **PIB**), que avançou 0,4%, e da agropecuária, que teve retração de 2,3%.

Ao Valor Genta diz que o Banco Central, provavelmente, foi surpreendido pelo **PIB** do quarto trimestre, mas a autoridade monetária precisa se guiar por suas projeções de **inflação** e pelas expectativas. Nesse cenário, a XP Asset vê a Selic indo a 15% ao fim deste ciclo e sem espaço para cortes até 12,5% no fim do ano que vem, como indica a mediana das projeções de mercado no boletim Focus.

"A gente não vê espaço para o BC anunciar isso. Então, mesmo essa pausa seria uma pausa bem desconfortável, pois as expectativas de **inflação** estariam desancoradas", afirma Genta.

Veja a seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: O que surpreendeu mais vocês no resultado do **PIB** do quarto trimestre de 2024?

Fernando Genta: A queda no consumo das famílias foi um destaque, mas nós já tínhamos previsão de retração. O IBGE não divulga a abertura do consumo, mas, tentando replicar sua metodologia, estávamos com queda de 0,8%, com foco em serviços. Do lado da demanda, mais do que o consumo das famílias, fomos surpreendidos com o investimento, que foi um pouco mais fraco do que a gente tinha, mesmo com a construção civil indo bem. Tivemos surpresa para baixo também na indústria de transformação, em relação ao que a gente projetava, e isso, possivelmente, pode ter gerado essa diferença em investimentos. Mas o que foi mesmo uma grande surpresa, no número agregado, foi a queda na agricultura. Vimos que safras importantes no quarto trimestre tiveram uma queda grande, não só na produção, mas na produtividade, porque a produção caiu muito mais do que a área plantada.

Valor: Qual o balanço que fazem da economia em 2024?

Genta: Foi um ano de atividade forte, com uma política fiscal ainda expansionista, potencializada pela questão dos precatórios.

A política fiscal se destaca não só pelo governo federal, mas também pelos governos locais, Estados e municípios. O consumo das famílias foi potencializado tanto pelo fiscal quanto por um expansionismo monetário, já que a gente vinha de um ciclo de corte de juros, mesmo considerando que a Selic ainda estava em ritmo restritivo. Quando você afrouxa a política monetária, gera um escape para a atividade. Teve todo o ruído no fim de 2024, mas foi um ano forte de investimentos, parte disso vindo de uma construção civil forte, parte de máquinas e equipamentos, com uma importância grande de caminhões, que passaram por mudança na regulação. O investimento em máquinas em 2023 caiu 9% e subiu 9,7% em 2024, então, a gente teve também uma devolução da "ressaca" de 2023.

Valor: A desaceleração do **PIB** no quarto trimestre de

2024 diz algo sobre 2025?

Genta: Quando a surpresa vem de um fator pontual, que não gera um carregamento [estatístico], como o **PIB** agro em um ano de produtividade ruim de algumas safras, é pouco informativo do que esperar para o ano que vem. Essa surpresa afeta menos a nossa projeção do que se fosse um desvio na produção industrial ou no consumo das famílias.

Foi um desvio relevante de quase meio ponto percentual, na série dessazonalizada, para o que a gente tinha, mas impacta pouco o nosso cenário para 2025.

Valor: E que cenário é esse?

Genta: A gente não vai crescer no ritmo de 2024. Em 2024, vimos acontecer uma "tempestade perfeita", os juros foram cortados desde 2023 até meados de 2024 e isso estimulou a atividade, junto com o fiscal expansionista. Não vamos ter isso agora. Para 2025, a gente espera uma desaceleração relevante, com um **PIB** caminhando para a casa de 1,5%, em função tanto do aperto das condições financeiras quanto de um estímulo fiscal menor da União. Tem também uma acomodação de algumas séries que tiveram devolução, como a questão dos investimentos que eu mencionei. Em 2025, meio que já zerou a queda [de 2023]. A gente vê uma economia desacelerando, mas não em colapso.

Temos o **PIB** do primeiro trimestre crescendo 1% na margem.

No ano, deve ser algo entre 1,5% e 2%, nesse intervalo. A nossa dúvida está na questão dos estímulos que podem ser dados pelo governo federal ao longo do ano. De um lado, isso pode apertar as condições financeiras, pelo estresse que gera no mercado - e uma parte disso já aconteceu -, de outro, teria um estímulo [à atividade], um efeito de medidas que a gente já vê sendo anunciadas.

Valor: Como fica o Banco Central nesse contexto?

Genta: O Banco Central tem de se guiar pelas suas projeções de **inflação** e pelas expectativas. Certamente, o BC também foi surpreendido pelo **PIB** do quarto trimestre.

Agora, a gente precisa ver qual vai ser o impacto dessa surpresa no cenário do BC de curto prazo e na sua estimativa de hiato do produto, que é a principal variável para a projeção de **inflação** dele. Eu acredito que ele já tinha esse enfraquecimento do consumo pontual para os trimestres.

Então, eu acho que muda muito pouco. O nosso cenário para Selic é de uma alta de 1 ponto percentual (p.p.), depois mais 0,5 p.p. e 0,25 p.p., chegando a 15%. Mas é um 15% acompanhado de uma comunicação de "high for long" [juro alto por tempo longo]. Seria uma pausa destacando que não haveria espaço para os cortes no ritmo que o Focus projeta. O Focus coloca uma Selic de 12,5% no fim do ano que vem. A gente não vê espaço para o BC anunciar isso.

Então, mesmo essa pausa seria uma pausa bem desconfortável, pois as expectativas de **inflação** estariam desancoradas.

Valor: Como vê o balanço de riscos para as projeções de atividade em 2025?

Genta: Historicamente, o modelo do Banco Central, ou o modelo que todo mundo do mercado utiliza, tem o impacto da política monetária na atividade. E eu não tenho uma boa razão para achar que isso mudou. Eu acho que a resiliência da atividade, em relação aos juros mais altos, decorre, em parte, do patamar de despesas. Hoje, a gente tem um gasto bem mais alto. Olhando para o estrutural, vimos o quanto o gasto público - de novo, não só federal, mas também de Estados e municípios - cresceu de 2019 para cá. Quando a gente olha para o cenário externo, a gente pode ter um risco baixista [para o **PIB** do Brasil]. Quando a gente olha para o cenário doméstico, podemos ter novas medidas fiscais do governo, à revelia do Ministério da Fazenda, que, está claro, tem posição contrária a isso. O governo pode acelerar o anúncio de novas medidas, caso haja um estresse com a questão da popularidade. Esse não é o nosso cenário básico, por isso ainda é um risco. Então, vemos os riscos como equilibrados.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Políticas para mulheres: como ir além do papo-furado? (Artigo)

Bruno Carazza

Numa entrevista que concedeu ao Valor no início da campanha eleitoral de 2022, o candidato Ciro Gomes tentou atacar o seu rival Lula descrevendo como seria a composição do ministério do petista caso ele saísse vitorioso na eleição: "Ele [Lula] vai botar um banqueiro na Economia, entregar as políticas de papo-furado - mulher, índio e negro - para o PT se divertir, a política e o orçamento pro Centrão e vai passear no estrangeiro", afirmou Ciro, com a sua habitual falta de senso. Na época pegou bastante mal para o político cearense chamar de "papo-furado" políticas públicas voltadas para importantes contingentes minorizados da população.

No sábado (08), Lula utilizou sua conta no X para "homenagear a luta das mulheres brasileiras". Dias antes, contudo, ele havia demitido uma ministra com reconhecido perfil técnico como Nísia Trindade sob a justificativa de que faltava a ela "agressividade" na política. Foi inevitável lembrar do controverso Ciro debochando do real compromisso de Lula com a causa feminina.

Ainda na rede social de Elon Musk, Lula elencou algumas das medidas tomadas pelo seu governo, a começar pela criação do Ministério das Mulheres: aprovação da Lei da Igualdade Salarial, a retomada do Programa Mulher Viver Sem Violência e o lançamento do Pacto Nacional de Prevenção de Femicídios, investimentos na construção de creches e escolas em tempo integral, além da instituição da iniciativa Elas Empreendem e do Prêmio Mulher e Ciência.

De fato, Lula foi o primeiro presidente a dar à Secretaria de Políticas para Mulheres o status de ministério, em 2010. Em 2015, porém, numa **reforma ministerial** criada para tentar salvar seu governo, Dilma Rousseff rebaixou a importância da área, agrupando diversas temáticas numa única pasta, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, que depois foi rebatizado de Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos por Jair Bolsonaro.

O terceiro mandato de Lula tem o mérito não apenas de recuperar o protagonismo da temática feminina na Esplanada - e para isso é bastante simbólico nomear a pasta como Ministério das Mulheres - como é louvável

a tentativa do governo de reorientar suas ações, que sob a gestão de Bolsonaro e sua ministra Damare Alves havia conduzido as políticas públicas da área sob um viés conservador, religioso e, é preciso dar o nome certo às coisas, misógino.

Entre o discurso e a prática, porém, há um longo caminho - e é preciso analisar criticamente o que, para além da propaganda das redes sociais, vem sendo feito pela atual administração federal para reduzir a desvantagem política, social e econômica que assola das mulheres.

Começando por aquilo que depende apenas da sua caneta, Lula avançou muito pouco em termos de promoção de mulheres a posições de liderança em seu governo. De acordo com o Painel Estatístico de Pessoal, em janeiro de 2025 apenas 41,6% dos cargos de liderança no governo federal eram ocupados por mulheres, um avanço decepcionante em relação ao índice observado nesta mesma altura do mandato de Bolsonaro (39%).

Muito mais complexo, porém, é mudar a dura realidade que aflige diariamente as mulheres do país. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2023 cresceram todas as modalidades de violência contra elas, como estupros (6,5%), tentativas de homicídio (9,2%) e feminicídios (0,8%).

Embora a reformulação do Disque 180 e a liberação de recursos para o programa Casa da Mulher Brasileira (com 16 unidades entregues, 18 em obra e 28 no projeto) sejam medidas positivas, reduzir o número de atentados contra mulheres exige uma ampla política nacional de segurança pública, item no qual o governo patina.

Lula cumpriu a promessa de recompor o orçamento do Ministério das Mulheres para o nível vigente no governo Dilma, mas esqueceu de dizer que na sua conta não entrava o reajuste da **inflação**, o que gera uma defasagem real de 67% em relação a 2015. Para piorar, dos R\$ 257 milhões alocados para a pasta em 2024 (o terceiro menor orçamento do governo), só 22% foram liquidados, segundo informações do Portal da Transparência.

No que diz respeito à questão econômica, ainda que seja meritória a aprovação da Lei no 14.611/2023,

chamando a atenção para as disparidades salariais de gênero, menos de metade das mulheres com mais de 14 anos estava trabalhando no final de 2024 (49,1%, comparado com 69% dos homens). Além disso, a taxa de desemprego entre as trabalhadoras brasileiras (7,6%) era muito superior à masculina (5,1%).

Difícilmente teremos alteração nesse quadro enquanto, segundo o Inep, ainda faltarem 900 mil vagas para o Brasil atingir a meta pouco ambiciosa de ter 50% das crianças com até três anos matriculadas em creches; ou, ainda, apenas 14,9% dos alunos do ensino fundamental frequentarem escolas em período integral.

A volta de Lula e do PT representa sem dúvidas um olhar mais atento para os problemas que as mulheres enfrentam. Para ir além do "papo-furado", porém, é preciso muito mais empenho do governo.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "O País dos Privilégios (volume 1) e "Dinheiro, Eleições e Poder", ambos pela Companhia das Letras.

Escreve às segundas-feiras E-mail
bruno.carazza@gmail.com

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Trump não descarta recessão em 'período transitório'

Donald Trump não quis descartar a possibilidade de recessão nem a de aumento da **inflação** nos Estados Unidos, mas minimizou a importância dos temores das empresas diante da falta de clareza das tarifas alfandegárias americanas, na esteira de uma semana tumultuada, na qual ele acabou atenuando elementos de sua agressiva agenda de promessas no comércio exterior.

O presidente voltou a dizer que a indústria tem "clareza de sobra" e criticou o que chamou de "chavão" das empresas que se mostraram confusas quanto aos planos dele.

"Elas sempre dizem isso - isso é quase um chavão - elas sempre dizem: 'queremos clareza'", disse Trump em entrevista exibida à rede de TV "Fox News", no domingo.

"Soa bem dizer [esses chavões], mas, por anos, os globalistas, os grandes globalistas, têm explorado os Estados Unidos. Eles têm tirado dinheiro dos Estados Unidos, e tudo que estamos fazendo é trazer um pouco disso de volta." Trump não quis descartar a possibilidade de que a economia dos EUA seja atingida por uma recessão em 2025, após a unidade regional de Atlanta do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) alertar para o risco de uma contração econômica no primeiro trimestre do ano.

"Eu odeio prever coisas desse tipo. Há um período de transição, porque o que estamos fazendo é muito grande. Estamos trazendo riqueza de volta para os EUA. Isso é coisa grande, e sempre há períodos, isso leva um pouco de tempo." Quando questionado se as tarifas poderiam voltar a alimentar a **inflação**, Trump respondeu: "Você pode ter isso. [Mas] no meio-tempo, adivinhe? As taxas de juros caíram".

As declarações foram feitas depois de uma semana de reviravoltas nos anúncios do governo e de queda nas bolsas de valores, à medida que os mercados buscavam mais clareza sobre a iminente guerra comercial de Trump e as empresas alertavam para altas nos preços.

Na terça-feira, Trump impôs tarifas de 25% sobre as importações fazendo Canadá e do México, mas acabou recuando na mesma semana.

Na quarta, ele isentou as montadoras de automóveis das tarifas e, na quinta, estendeu a isenção a todos os produtos que atendessem às regras do acordo de livre comércio Estados Unidos- México-Canadá (USMCA), de 2020. Uma leva separada de tarifas, de 25% sobre importações de aço e alumínio, deve entrar em vigor nesta semana.

As tarifas já causaram grandes turbulências no mercado. Empresas começaram a estocar materiais, rever operações e a se preparar para elevar preços.

Por sua vez, Trump reiterou que as tarifas podem ser ainda maiores no futuro. "As tarifas podem aumentar com o passar do tempo. Elas podem aumentar, não sei se isso é previsível", disse.

Na entrevista, Trump disse que quis "ajudar as montadoras americanas", mas reiterou que nenhuma concessão semelhante seria feita em relação às tarifas de reciprocidade, que devem ser impostas em abril. "Eu dei a elas uma pequena folga por um breve período [...] É uma transição até abril e, depois disso, não farei [mais] isso [...] Eu disse a elas: Vejam, vou fazer isso desta vez, mas depois disso, não farei [mais]." Ainda no domingo, o secretário de Comércio de Trump, Howard Lutnick, admitiu que algumas das tarifas causariam pressões inflacionárias, reverberando os avisos de Trump sobre "um pouco de distúrbio" quando o presidente falou ao Congresso na terça-feira.

(Tradução de Sabino Ahumada)

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Economia chega perto de seu limite e vai desacelerar (Editorial)

A economia brasileira cresceu 3,4% no ano passado e teve seu melhor desempenho desde 2011. O nível de emprego bateu recorde, os salários subiram acima da **inflação**, os investimentos e o consumo das famílias se expandiram, houve crédito disponível em abundância, mas tudo isso pode já estar no passado. Um quadro como esse, em que o Brasil completa quatro anos consecutivos de avanços e que tem grande respaldo no incentivo ao consumo, produziu, por seus desequilíbrios, uma **inflação** em alta, que ultrapassou as metas. Os gastos públicos impulsionaram as atividades econômicas, que já avançavam com bom ímpeto, levando o país a crescer acima de sua capacidade - mais uma vez. No último trimestre do ano vieram os sinais de mudanças que se consolidarão nos próximos meses. O consumo das famílias teve sua primeira queda em 13 trimestres e o **PIB** do último trimestre, em relação ao anterior, avançou apenas 0,2%.

O desempenho agora teve quase o mesmo esplendor do período 2011-2013, que reuniu alguns dos melhores indicadores econômicos do século. Tem também os indícios da repetição de erros de política econômica que levaram à pior recessão em 100 anos, durante o governo Dilma Rousseff. Os gastos públicos explodiram em 2010, ano eleitoral, e mal caíram depois. A **inflação** pulou para dois dígitos e as contas públicas mergulharam no déficit em 2014 pela primeira vez desde 2000 e, sem artifícios, seguiram por mais uma década.

O desfecho será diferente se o governo agir de maneira distinta à que agiu o governo petista de Dilma, mas isto está longe de ser uma certeza. Ao contrário do Banco Central na gestão Dilma, o atual, independente, continua elevando os juros e o fará novamente este mês, para taxa altamente contracionista de 14,5%. Com a dose de aperto monetário por meses, a economia deveria estar desacelerando, porque a política fiscal é estimulativa e a **inflação** continua subindo.

Com os números do último trimestre de 2024, há um consenso de que a economia perderá fôlego aos poucos, provavelmente com mais intensidade a partir do terceiro trimestre. As expectativas da equipe econômica e do BC não diferem muito das dos analistas privados. Os primeiros projetam um ritmo de 2,3% e o boletim Focus, 2%. Os erros de estimativa

sobre o comportamento do **PIB** são grandes, e há hoje um cenário externo muito complexo e instável como raramente se viu, após Donald Trump na Presidência dos EUA.

A economia se beneficiou no ano passado de juros menores. A Selic só começou a subir em setembro e a média de 2024 foi de 10,9%, bem mais baixa do que haverá em 2025, com uma taxa que rumo para os 15% e se manterá alta ao longo do ano. Ela deve desestimular os investimentos, como já começou a fazer - cresceram 7,3% no ano, mas apenas 0,4% no último trimestre em relação ao terceiro. O aquecimento das atividades estimulou as importações, que avançaram mais que as exportações, levando o setor externo a subtrair 1,8 ponto do crescimento do **PIB**. A equação pode até se inverter em 2025. As compras do exterior de bens e serviços subiram 14,7% no ano, mas caíram 0,1% no último trimestre.

O vigor da economia a curto prazo dependerá da **inflação**, da agricultura e da política fiscal do governo Lula. A alta dos preços derrubou o consumo no fim do ano, assim como os juros para combatê-la deverão fazer o crédito disponível encolher a um dígito de expansão. Se a **inflação** resistir a cair, o **PIB** pode crescer menos que o previsto. Mas poderá crescer até um pouco mais, se a safra recorde colhida se igualar aos salto de 16,3% de 2023. O governo pode dar mais fôlego à economia, rumando na direção contrária ao da política monetária, com estímulos fiscais e creditícios. Isso trará **inflação** e mais juros na sequência, diminuindo de qualquer forma o ritmo da economia mais à frente.

A taxa de investimento cresceu de 16,4% para 17% em 2024, enquanto a poupança declinou de 15% para 14,5%.

Além de o investimento ser há muito tempo insuficiente para dotar a economia de um potencial de crescimento maior, seu descolamento da poupança obrigará a encontrar financiamento na poupança externa. Um dos efeitos é que o déficit de transações correntes no balanço de pagamentos subiu de 1,11% do **PIB** em janeiro de 2024 para 3,02% do **PIB** em janeiro último.

As despesas de consumo da administração pública, que retornaram ao pico, antes ocorrido no final de

2014, voltaram a subir no ano eleitoral de 2022, com Jair Bolsonaro, e bateram um recorde desde 2012 no quarto trimestre, considerada a série com preços de 1995 com ajuste sazonal. Ao exibir déficits, o governo se financia com dívida em volumes crescentes. As necessidades líquidas de financiamento atingiram no último trimestre do ano R\$ 286, 4 bilhões, o maior valor desde 2008.

O Brasil se livrou do estrangulamento externo há um bom tempo, mas a situação mudou um pouco. Como observa o economista Fabio Giambiagi, em O Globo (7/3), o país deixou de ser um credor líquido. No fim de 2024, a dívida bruta atingiu US\$ 348 bilhões e voltou a ser maior que as reservas, que em dezembro, somavam US\$ 330 bilhões.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Qual o impacto do saque do FGTS para a economia?

A decisão do governo de liberar R\$ 12 bilhões retidos do **FGTS** (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) dos trabalhadores que optaram pelo **saque-aniversário** aguçou a preocupação de que novas medidas de estímulo sejam adotadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para evitar um tombo do **PIB** (Produto Interno Bruto).

O risco no radar é que as medidas atrapalhem o trabalho do Banco Central de controle da **inflação** e levem a um cenário de juros altos por mais tempo no Brasil.

Para discutir qual é o impacto do saque do **FGTS** para a economia e como o governo Lula tem lidado com as críticas, Priscila Camazano conversa com a repórter especial Adriana Fernandes no Como é que é? desta segunda-feira (10), ao vivo, às 18h.

Transmitido ao vivo direto da Redação da Folha, no centro de São Paulo, o programa da TV Folha vai ao ar de segunda a sexta-feira, pelos canais do jornal no YouTube, no Instagram, no Facebook e na Twitch.

Depois da transmissão, a íntegra das conversas segue disponível no canal da TV Folha no YouTube e também em versão áudio nos principais agregadores de podcasts.

Além do programa diário, a TV Folha publica no YouTube entrevistas, reportagens e minidocs sobre diferentes temas do noticiário.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/tv/2025/03/qual-o-impacto-do-saque-do-fgts-para-a-economia.shtml>